



PSD **p.16**

“O poder local tem a oportunidade de participar num novo modelo de desenvolvimento”



Parlamento **p.18**

Crédito fiscal traz mais competitividade e investimento a Portugal

POVO LIVRE



nº 1784

29 de Maio de 2013

Director: Miguel Santos
Periodicidade Semanal - Registo na ERC
nº 105690 - Propriedade: PSD

Portugal mostra um grande empenho no programa de ajustamento



O Primeiro-Ministro recebeu o Presidente do Eurogrupo

Governo **p.13**

PSD promove iniciativas de formação para autarcas

Governo **p.15**

Poiares Maduro pede a contribuição da “comunidade política” para um discurso “mais construtivo”

Debate quinzenal de 24 de Maio

“Demos o grande passo para estimular o investimento em Portugal”

Coube ao CDS-PP abrir o debate quinzenal com o Primeiro-Ministro na Assembleia da República, na sexta-feira passada e escolheu como tema o “crescimento, competitividade e emprego”, numa discussão em que todos os partidos indicaram querer discutir temas económicos.

O PSD foi o segundo partido a intervir, com o tema “medidas para a dinamização do investimento e da economia”, enquanto PS, PCP e Verdes apontaram as “questões económicas, sociais e políticas” como mote da sua intervenção e o Bloco de Esquerda escolheu “políticas sociais, economia e relações internacionais”.

O último debate quinzenal com Pedro Passos Coelho no parlamento realizou-se a 10 de maio, tendo sido dominado pelas medidas anunciadas dias antes pelo Primeiro-Ministro para reduzir estruturalmente a despesa pública em cerca de 4,8 mil milhões de euros até 2015.

Mas na quinta-feira, o Conselho de Ministros aprovou um pacote de incentivos fiscais ao investimento, que inclui um crédito fiscal extraordinário para investidores e na conferência de imprensa, onde foram explicadas as medidas aprovadas, o ministro das Finanças, Vítor Gaspar, afirmou que “estão reunidas as condições para promover o investimento e criar emprego em Portugal”. E mais adiante afirmou que “chegou o momento do investimento” e todo o seu discurso dava a entender que era chegada a hora da viragem e do trabalho focado, não na austeridade, mas nas medidas para sair da crise, sem que isso signifique descontrolo das finanças públicas.

Assim, nessa lógica, o Primeiro-Ministro, Pedro Passos Coelho, defendeu hoje que o País está num “momento crítico de viragem” para criar condições de investimento, após questionado pelo CDS-PP no debate quinzenal no Parlamento.

O líder da bancada do CDS-PP, Nuno Magalhães, tinha considerado que o crédito fiscal às empresas “premia quem investe e cria emprego” e defendeu que “se não há crescimento sem consolidação orçamental” também não há “consolidação orçamental sem crescimento”.

Nuno Magalhães afirmou que já no debate quinzenal anterior questionara o Primeiro-Ministro sobre a possibilidade de ser criada essa medida, anunciada quinta-feira pelo ministro das Finanças, Vítor Gaspar.

O primeiro-ministro destacou o impacto que terão na economia o crédito extraordinário ao investimento, a “melhoria do regime contratual” e a criação do gabinete na autoridade tributária dirigido aos investidores internacionais.

São medidas que permitem “dar um passo decisivo para poder dizer - como foi dito - que estamos num momento crítico de viragem em que podemos finalmente ter condições para estimular o investimento em Portugal”, defendeu.

Ainda na mesma resposta, Passos Coelho afirmou que no anterior debate quinzenal não estava “ainda em condições” de poder comprometer-se com o desenho da medida e com o ‘timing’.

Sublinhou que a OCDE estima que as “reformas estruturais” adoptadas, de “melhoria das condições no mercado de produto” e “de melhoria das condições no mercado de factores, no mercado laboral” possam ter “um impacto positivo de sobre a capacidade potencial para crescimento no futuro de até 3,5 por cento do PIB”.

“O que significa, portanto, que estamos, em termos



Resposta à bancada do PSD

Seguiu-se a intervenção da bancada do PSD, tendo Luís Montenegro feito perguntas sobre acções de apoio a médias e pequenas empresas, o que suscitou esclarecimentos de Passos Coelho, que “dentro de algum tempo” possa haver condições para alargar o IVA de Caixa a valores superiores a 500 mil euros.

“Se continuarmos a ser bem-sucedidos nestas políticas, como fomos, então nós estaremos em condições, dentro de algum tempo, de poder alargar o IVA de Caixa para uma facturação anual que não fique restrita ao meio milhão de euros, mas que possa ser alargada a valores superiores, dada a segurança crescente que a administração tributária tem sobre as medidas de informação respeitantes aos contribuintes”, afirmou o primeiro-ministro.

O Primeiro-Ministro considerou, também, a disponibilidade do Banco de Fomento alemão para financiar a economia portuguesa, o que é uma das confirmações que “dois anos de grandes dificuldades começam finalmente a dar os seus frutos”.

Pedro Passos Coelho referiu-se também à carta de missão para a Caixa Geral de Depósitos como “muito importante para obter melhores condições de financiamento”, ressaltando que “o Governo não tenciona envolver-se na análise de investimento, mas apenas estabelecer directrizes que levem a esse apoio”.

Segundo o chefe do executivo, depois de assegurada “alguma desalavancagem financeira que nos foi imposta no ‘memorando’”, e com a “credibilidade adquirida” por Portugal, “estão chegadas as condições para, quer à escala europeia, quer à escala nacional”, se poder melhorar o financiamento da economia portuguesa.

“As notícias que vieram do Banco de Desenvolvimento alemão nesse domínio são muito relevantes. Não temos ainda pormenores sobre essa intenção, mas

de médio e longo prazo, na trajectória correta para recuperar investimento”, defendeu.

Nuno Magalhães questionou ainda o Primeiro-Ministro sobre o que espera da “carta de missão” que estaria a ser preparada para enviar à Caixa Geral de Depósitos, com Passos Coelho a reiterar que o objectivo é que a CGD seja “um banco líder na concessão de crédito a pequenas e médias empresas”.

A “carta de missão”, que não está ainda finalizada, disse Passos Coelho, mas procurará que o crédito seja dirigido a “actividades produtivas, sector transaccionável e PME”.

sabemos já que há, marcadamente, o objectivo de criar linhas de crédito adicionais, que complementem aquelas que possam existir em Portugal, especialmente voltadas para as pequenas e médias empresas”, afirmou.

“E se for assim, então os nossos esforços ao longo destes dois anos de grandes dificuldades, podemos dizer, começam finalmente a dar os seus frutos, que os portugueses se esforçaram para os merecer, de facto os exigem nesta altura e os merecem, depois de tantos tão penosos sacrifícios a que foram chamados”, concluiu.

Seguro acusa Governo de propaganda, Passos corrige com factos

Como sempre, o secretário-Geral do PS acusou hoje o Governo de fazer propaganda “de alto nível” – o que Seguro faz, cada vez que fala, esquecendo a triste história que o PS tem nesse sector - quando a economia portuguesa está em derrapagem. O Primeiro-Ministro contrapôs que défice e dívida estão controlados e pediu realismo aos socialistas.

Seguro disse que, na quinta-feira, com a comunicação de Vitor Gaspar, “a propaganda do Governo esteve ao seu mais alto nível, querendo convencer os portugueses que o País está a fazer a consolidação das contas públicas e que chegou a altura do investimento”, declarou o líder do PS no início do seu período de perguntas a Passos Coelho, aludindo às afirmações do ministro de Estado e das Finanças, ao apresentar medidas de estímulo à economia.

De acordo com o secretário-geral do PS, consolidação das contas públicas “é coisa” que o executivo de coligação PSD/CDS “não tem feito”.

Aquilo que os senhores têm feito não é cuidar da economia, porque os senhores mataram a economia portuguesa e nestes dois anos destruíram cerca de 458 mil postos de trabalho”, disse, antes de apontar que a dívida pública aumentou para 127,3 por cento do Produto Interno Bruto - “um aumento de 42 milhões de euros em cada dia”.

Ainda de acordo com António José Seguro, o défice está em clara derrapagem, um aumento entre Março deste ano e Abril na ordem dos mil milhões de euros.

um corte de quatro mil milhões de euros”, advogou o líder socialista.

Na resposta, o primeiro-ministro confrontou António José Seguro com um artigo conjunto de dois socialistas, o ex-presidente da Comissão Europeia Jacques Delors e o ex-chanceler germânico Gerard Schroeder, grandes socialistas e grandes europeus, no qual se defende que é possível compatibilizar consolidação orçamental com crescimento.

Depois, Pedro Passos Coelho contrapôs que, pelos valores acordados no âmbito da sétima avaliação da troika, o défice está “abaixo dos limites definidos”.

“Estamos a cumprir os objectivos para o défice - e isso deveria ser enaltecido e não criticado”, referiu, antes de sustentar que o défice estrutural baixou em seis pontos percentuais até agora e que baixará sete pontos percentuais até ao final do ano.

Quanto ao rácio da dívida pública, Pedro Passos Coelho negou qualquer descontrolo, advogando que está antes “exactamente nos termos que estavam previstos. São desagradáveis, mas quem os definiu foram os socialistas, ao aceitar o memorando, o que a todo o custo querem fazer esquecer aos Portugueses. Foram os socialistas que definiram os limites e os parâmetros e somos nós que os temos de cumprir... É bom que isso não seja esquecido”.

“Na medida em que Portugal obteve dos financiadores internacionais empréstimos que não podem deixar de ser registados e que têm de ser pagos, isso fez elevar o nível de rácio de dívida pública nos termos contratados. Há também um aumento que resulta do facto de o défice nominal em Portugal estar num nível mais elevado do que o estimado há dois anos. Ou seja,



as políticas que o PS sugeria que o Governo seguisse, que era o de fazer ainda menos consolidação orçamental, teriam seguramente um impacto ainda mais negativo sobre o rácio da dívida”, respondeu, recebendo palmas da bancada do PSD.

Pedro Passos Coelho pediu depois realismo ao PS, a propósito das críticas socialistas sobre a existência de falta de mercado interno.

“Se o Mundo fosse essa simplicidade, nós teríamos muita facilidade em governar, vivendo todos na paz dos deuses. Mas essa visão, que não quero classificar, não é realista”, acrescentou.

Com o Partido Comunista: mais do mesmo...

O líder comunista mencionou “a perda de um milhão de milhões de euros por ano na Europa, devido à fraude e à evasão fiscal” e que o pacote apresentado por Vítor Gaspar, uma vez que “os portugueses estão habituados a tantos programas, planos e medidas que não dão em nada, é natural terem as suas reservas. “O papel aguenta tudo quanto se queira lá pôr”, afirmara Jerónimo de Sousa, para justificar a sua desconfiança.

O líder do executivo explicou, pacientemente, que o pacote de incentivo fiscal ao crescimento da economia, apresentado na véspera pelo ministro de Estado e das Finanças como “o momento do investimento” não teria “um efeito estrutural”, tratando-se de uma opção “temporária”.

“O Governo está a tentar conjugar o efeito de médio e longo prazo de medidas estruturais (na concorrência, no mercado laboral, na justiça), com formas consistentes de melhorar as estruturas financeiras das pequenas e médias empresas do sector transaccionável, a fim de mais tarde proceder a uma reforma fiscal mais alargada, menos no trabalho e mais na chamada economia verde, para um crescimento sustentável”, explicou

Em seguida o Secretário-Geral PC acusou - como habitualmente! - o Governo de ter em preparação cortes ou contribuições que continuam o ataque à função pública, aos reformados e aos pensionistas. Exemplo disso - afirmou - “são os anunciados cortes de 10 por cento. A aplicação vai ser à marretada, com uma taxa, ou à punhalada, através de um corte?”, disse Jerónimo de Sousa.

Passos Coelho rejeitou totalmente a hipótese de estar a ser previsto o referido corte (“nem uma coisa nem outra, Senhor Deputado...”) e reiterou que o executivo da maioria PSD/CDS-PP vai envidar todos os esforços para adoptar outras medidas, no âmbito da não-aplicação da denominada taxa suplementar de sustentabilidade (“TSU”) nas reformas e pensões.

Disse Passos Coelho: “Não tenho capacidade para desmentir o nível de desinformação que vai grassando no debate público. Não há nenhum corte previsto de 10% nos reformados e pensionistas. O que está previsto é a convergência das pensões da Caixa Geral de Aposentações para o regime geral da Segurança Social”, afirmou o chefe do Governo.

Passos Coelho ressaltou contudo que, “se for estritamente necessária, poderá ser equacionada uma taxa suplementar de sustentabilidade”, mas que o Governo “tudo fará ao seu alcance para encontrar alternativas”.

Bloco de Esquerda e João Semedo

Seguiu-se o Bloco de Esquerda. O Primeiro-Ministro afirmou em resposta a uma pergunta do 1/2 coordenador bloquista que não há qualquer folga nas medidas enviadas à ‘troika’ e admitiu que pode vir a ser preciso uma nova flexibilização das metas em 2014.

“Senhor deputado, não há folga, por isso é que temos de estar empenhado em encontrar alternativas dentro do quadro concertado na sétima avaliação, a nossa obrigação é procurar fazer com que os nossos esforços



possam ir ao encontro do que ficou estabelecido como meta preferencial”, disse o chefe do Governo.

Passos Coelho falava depois de o líder do BE, João Semedo, o ter acusado de estar planejar a aplicação de novos impostos aos reformados e o ter questionado sobre “a folga que evitaria essa taxa”.

Empregando o habitual estilo retórico, que afirma sem provas, mas porque “está convencido de...”, Semedo afirmou que “Sempre que o Primeiro-Ministro fala sobre pensões e reformas, vem no outro dia o doutor Paulo Portas dizer ‘nada disso, nada disso, não foi isso que foi decidido no Conselho de Ministros’. Eu fico curioso o que é que Paulo Portas vai dizer amanhã sobre o que o senhor aqui disse hoje”, ironizou.

Mas o Primeiro-Ministro deu-lhe troco a dobrar dizendo que reconhecia o grande esforço para tentar encontrar divergências e pequenos episódios que possam sustentar o comentário bloquista seguinte, a habitual afirmação de que o Governo não se entende. Mas estamos perante

uma grande capacidade de invenção, que se adapta mais à novela ou à crónica, que ao debate sério que se tenta fazer no Parlamento.

Pedro Passos Coelho referiu não existir qualquer folga nas medidas acordadas com os credores internacionais e revelou depois que não exclui a hipótese de haver uma flexibilização das metas no próximo ano.

“Não está excluído para o Governo que não seja necessário que flexibilidade adicional venha a ser requerida para 2014, não é de excluir que uma flexibilização das metas possa ser importante para 2014, mas dentro do que está ao nosso alcance devemos fazer o que está ao nosso alcance para respeitar os limites que acertámos”, declarou, encerrando o debate, pois a deputada de “Os Verdes” usou uma fraseologia tão descabelada e mesmo ofensiva, que levou o Primeiro-Ministro a recusar dar-lhe qualquer resposta.

Fontes: Lusa, DN, Canal Parlamento TV

Conselho Europeu debate questões de energia e fiscalidade

Os chefes de Estado e de Governo da União Europeia discutiram, no dia 22, em Bruxelas, questões de energia e fiscalidade, numa cimeira invulgarmente curta, com uma duração estimada de quatro horas, e da qual não saíram decisões de vulto.

Num encontro com um formato bem diferente das “maratonas” que marcaram anteriores cimeiras - a reunião teve início às 13h00 locais e o final cerca da 17 horas e o primeiro-ministro Pedro Passos Coelho defendeu, nos dois grandes assuntos que dominam a agenda do Conselho, a importância, para Portugal, das interconexões no transporte de energia e da dimensão europeia e do combate à fraude e evasão fiscal.

Todavia, em qualquer dos domínios, e apesar de os líderes europeus sublinharem a sua importância nos esforços para superar a crise, não eram esperada decisões de vulto neste Conselho Europeu, que teve um terceiro tema, introduzido na agenda a pedido do Reino Unido, designadamente a questão do eventual levantamento do embargo de armas à Síria.

Na carta-convite enviada para as 27 capitais, o presidente do Conselho Europeu, Herman van Rompuy, indica que os trabalhos têm início à mesa do almoço com um debate sobre questões energéticas, focado na eficiência energética, na exploração de recursos e na modernização das infra-estruturas.

Os líderes europeus reafirmaram a importância de completar o mercado interno de energia até 2014, como acordado anteriormente, e relativamente às interconexões, desenvolver as ligações de redes de gás e electricidade até 2015, de modo a acabar com o “isolamento” de certos Estados-membros, como é o caso de Portugal.

Relativamente à fiscalidade, sobretudo na óptica da luta contra a fraude e evasão fiscal, Bruxelas deseja que, num momento “de contenções orçamentais e de cortes nas despesas”, os 27 aumentem a cooperação entre si, para obter melhores resultados na cobrança de impostos e, desse modo, “justificarem” também uma maior aceitação política e social da consolidação orçamental.

Na semana passada, numa reunião de ministros das Finanças da UE, Vítor Gaspar, tinha defendido que, “num momento de crise, em que são pedidos sacrifícios, em que há uma situação de grande esforço por parte das populações”, o combate à fraude e planeamento fiscal agressivo é “fundamental para a equidade na repartição do esforço necessário para superar esta crise”, e salientou o compromisso, já assumido pelo Primeiro-Ministro de Portugal aderir ao projecto-piloto de cooperação na troca automática de informação lançado por Alemanha, França, Espanha, Itália e Reino Unido.

No fim da reunião, o Primeiro-Ministro Pedro Passos Coelho manifestou a “satisfação do Governo português” com as discussões considerando que a Europa terá uma acção mais empenhada em duas áreas tão “críticas”.

Passos Coelho, ressaltando que se tratou “...da primeira de uma série de reuniões”, assinalou que as conclusões adoptadas pelos líderes europeus “permitem pensar que a Europa dará um sinal político mais forte e comprometido em duas matérias críticas para a competitividade e crescimento”.

O Primeiro-Ministro sublinhou a importância de serem dados passos concretos com vista a melhorar, no domínio energético, o custo da energia, a eficiência energética e a segurança e diversidade do abastecimento, enquanto a nível fiscal importa ser “mais bem sucedido”, tanto a nível europeu como internacional, no combate à fraude e evasão fiscal, sobretudo no actual contexto económico, em que são exigidos esforços aos



cidadãos.

Passos Coelho salientou a importância de uma verdadeira “estratégia europeia” em ambas as áreas, que considerou estar agora mais próxima, depois da curta cimeira hoje celebrada em Bruxelas, que durou apenas cerca de quatro horas.

Pedro Passos Coelho, defendeu ainda Bruxelas, o aumento das interligações energéticas europeias de modo a acabar com o isolamento da Península Ibérica.

“No caso de Portugal e de Espanha, a falta dessas interligações no sector eléctrico e do gás é bastante penalizadora. Desse ponto de vista, os dois países são praticamente duas ilhas dentro da Europa”, disse Passos Coelho, na conferência de imprensa final.

Uma das conclusões da cimeira foi a recuperação

da meta de 10% como nível de interligações mínimas a alcançar dentro da UE.

A partir de 2015, salientou, nenhum país estará isolado das soluções de abastecimento na UE, reafirmando a necessidade de “um verdadeiro mercado interno da energia”.

Passos Coelho disse também que a dependência externa da UE é um “problema grave”, nomeadamente a nível de preços elevados, sobretudo quando comparados com os preços nos EUA ou Japão, e que tem efeitos directos nos custos das empresas europeias.

“O défice de competitividade tem vindo a agravar-se”, lembrou.

O Primeiro-Ministro, numa resposta a uma pergunta não-directamente relacionada com a reunião, assegu-



rou que, a par da consolidação orçamental, o Governo aposta forte no alargamento da base fiscal, através do combate à fraude e evasão fiscal, que deseja ver travado à escala europeia.

Passos Coelho sublinhou a importância de uma verdadeira estratégia ao nível europeu no combate à evasão fiscal, defendendo que os esforços que Portugal tem desenvolvido “com relativo sucesso” devem ser acompanhados de uma acção europeia.

“O planeamento fiscal agressivo dificulta gravemente os nossos esforços de consolidação orçamental e promoção do crescimento económico, mas sobretudo é imoral que, enquanto exigimos esforços tão significativos por parte dos nossos cidadãos, permitamos que valores tão elevados escapem” aos cofres dos Estados, disse. “Trata de garantir maior justiça na forma como os impostos chegam a todos” - até porque, sublinhou, “quanto menor for a base fiscal, como é evidente, maior é o esforço fiscal daqueles que cumprem as suas obrigações fiscais têm de realizar” -, acrescentando que, “além da equidade e justiça social”, é também importante “ir preparando terreno para aliviar essa carga fiscal sobre todos os contribuintes”.

Segundo o chefe do executivo português, tal depende de “duas realizações mais imediatas”, designadamente “atingir um nível de despesa pública mais baixo, mais consentâneo com o esforço que as pessoas podem fazer, e com o alargamento da base fiscal, ou seja, a luta bem-sucedida contra a evasão e fraude fiscal”.

“Por essa razão é que estamos a trabalhar em simultâneo nos dois tabuleiros: por um lado, estamos a procurar cumprir objectivos de consolidação orçamental e redução do défice, através do ataque à despesa pública, diminuindo a despesa do Estado”, e, por outro lado, tentando “alargar a base fiscal, garantindo mais justiça na forma como os impostos chegam a todos, mas também permitindo pensar no médio prazo numa descida da carga fiscal que promova a poupança, por um lado, e também o investimento, sem o qual o crescimento não poderá ter lugar”.

Defendeu que os esforços que têm vindo a ser feitos em Portugal devem ser “acompanhados de esforços feitos à escala europeia”, congratulando-se por a questão ter sido revalorizada no actual contexto, em



que “a generalidade dos países europeus, e não apenas na zona euro, estão confrontados com uma situação de recessão económica”.

“Por essa razão apoiei a intenção do presidente do Conselho Europeu de desenvolver, ao nível europeu, um conjunto de iniciativas que foram apresentadas por alguns parceiros nossos e que visam, por exemplo, tornar automática a troca de informações de natureza fiscal”, apontou.

O primeiro-ministro Pedro Passos Coelho disse, a finalizar, esperar o contributo do PS no debate sobre a reforma do IRC, de modo a tornar o regime fiscal para as empresas mais competitivo, alegando que tal só é possível com um apoio amplo.

O executivo está a procurar, “em simultâneo com

os esforços de consolidação orçamental”, garantir um “tratamento fiscal mais atractivo para as pessoas, mas também para o capital e empresas”, recordando que está em marcha um plano de reforma do IRC (imposto sobre rendimento de pessoas colectivas), para o qual espera o contributo do principal partido da oposição.

“Aguardamos pelo trabalho que a comissão que foi designada para este efeito nos vai apresentar em meados de Junho (...) O Governo declarou já o seu interesse em poder, nomeadamente em termos políticos, com outros partidos, e também em sede de concertação social, obter um apoio o mais largo possível para essa estratégia poder ser credível e bem-sucedida”, disse, justificando essa necessidade com o facto de o horizonte temporal necessário ir além do mandato do actual Governo. - Fonte: Lusa

O presidente do Eurogrupo em Lisboa

Portugal mostra um grande empenho no programa de ajustamento

Esteve em Lisboa, na segunda-feira, o actual Presidente do Eurogrupo, Jeroen Dijsselbloem, também Ministro das Finanças da Holanda, e que começou o dia com uma reunião com o Primeiro-Ministro, Pedro Passos Coelho. O Chefe do Governo, depois de uma longa conversa com Dijsselbloem, não fez declarações, assim como o Presidente do Eurogrupo.

Este seguiu, depois, para o Palácio de Belém, para um encontro com o Presidente da República, Cavaco Silva.

Após o almoço, Jeroen Dijsselbloem dirigiu-se ao Ministério das Finanças, onde esteve em conversa com o Ministro do Estado e das Finanças, Vítor Gaspar, numa altura em que o Governo admite pedir a flexibilização da meta do défice para 2014.

Esta reunião bilateral acontece poucos dias depois do Governo ter admitido a possibilidade de pedir uma flexibilização da meta do défice para 2014.

“Não está excluído para o Governo que não seja necessário que flexibilidade adicional venha a ser requerida para 2014, não é de excluir que uma flexibilização das metas possa ser importante para 2014, mas dentro do que está ao nosso alcance devemos fazer o que está ao que for possível, para respeitar os limites que acertámos”, afirmou Pedro Passos Coelho, no debate quinzenal no Parlamento, na semana passada.

A 20 de Abril, numa conferência de imprensa após uma reunião do Comité Monetário e Financeiro do Fundo Monetário Internacional (FMI), em Washington, Jeroen Dijsselbloem admitiu uma dilatação do tempo para Portugal cumprir as metas do défice.

“Portugal mostrou um grande empenho no programa de ajustamento e também está a enfrentar uma situação económica muito dura. Temos que ter isso em conta e, se necessário, dar mais tempo também no caso português, como foi feito noutros países”, disse, na altura o presidente do Eurogrupo.

Dois dias depois, uma fonte comunitária explicou que a posição de Jeroen Dijsselbloem referia-se à abertura já antes anunciada para estender o prazo de correcção do défice.

Inicialmente, a meta do défice de 2012 era de 4,5% e passou a 5% e a deste ano, de 3%, passou a 4,5%.

Após a reunião com Vítor Gaspar, os dois Ministros deram uma conferência de imprensa conjunta, na qual – em resumo – o presidente do Eurogrupo afirmou que Portugal poderá vir a ter mais tempo para cumprir as metas acordadas caso venha a ser necessário, acrescentando que, para já, não foi apresentado nenhum pedido pelas autoridades portuguesas nesse sentido.

“É muito importante que agora estejamos a trabalhar construtivamente em todo o ajustamento estrutural que é necessário, não só em Portugal, mas em toda a zona euro (...) Se, com bases nesses esforços (...), mais tempo for necessário, por causa da situação económica, então mais tempo poderá ser considerado nessa altura”, disse Jeroen Dijsselbloem.

“Agora é tempo de continuar com o programa [de ajustamento] e cumprir os objectivos estruturais acordados”, reiterou o presidente do Eurogrupo, em conferência de imprensa conjunta com o ministro português das Finanças, Vítor Gaspar, em Lisboa.

Também o Ministro das Finanças português disse que “não pode excluir-se uma maior flexibilidade” das metas definidas para Portugal “se as circunstâncias o tornarem



necessário”, mas que “Os resultados que alcançámos são baseados no nosso forte historial. Sem isso, não seria possível. Não podemos excluir que uma maior flexibilidade possa ser usada no futuro (...) se as circunstâncias o tornarem necessário”, afirmou

Questionado sobre se Portugal tinha feito algum pedido no sentido de nova flexibilização das metas acordadas, o presidente do Eurogrupo foi perentório: “A resposta é não”.

“Os objectivos vão ser reajustados, vai ser dado mais um ano a Portugal. Agora o Governo está totalmente empenhado e a Europa está totalmente empenhada em apoiar Portugal quando necessário”, justificou Dijsselbloem.

Vítor Gaspar, mostrou incomodo e classificou como

“deselegante” facto de esta pergunta estar a ser dirigida a um responsável europeu na sua presença, pois ele é o Ministro em que o Conselho de Ministro delegou a condução dessas negociações. Disse depois aos jornalistas, que “o Governo português está empenhado em concluir as negociações que conduziram ao sétimo exame regular e essas negociações não são para serem reabertas”.

“De um ponto de vista geral, a abordagem seguida na Europa coloca o acento tónico nos limites para o défice estrutural, põe a tónica nos esforços dos Estados-membros para, de forma bem-sucedida e sustentada, concluírem o seu processo de ajustamento. É essa a abordagem que tem sido aplicada no caso português e é essa abordagem que será aplicada no futuro”, disse o governante.

Gaspar garantiu, por isso, que Portugal estará “em condições de sair de forma sustentada deste programa de ajustamento”.

Entretanto, o presidente do Eurogrupo venceu bem que Portugal poderá vir a ter mais tempo para cumprir as metas acordadas caso venha a ser necessário, mas acrescentou, da mesma forma assertiva, que - para já - não foi apresentado nenhum pedido pelas autoridades portuguesas nesse sentido.

“É muito importante que agora estejamos a trabalhar construtivamente em todo o ajustamento estrutural que é necessário, não só em Portugal, mas em toda a zona euro (...) Se, com bases nesses esforços (...), mais tempo for necessário, por causa da situação económica, então mais tempo poderá ser considerado nessa altura”, disse Jeroen Dijsselbloem.

“Agora não é ainda tempo de falar em alargamento de prazos, é tempo de continuar com o programa [de ajustamento] e cumprir os objectivos estruturais acordados”, reiterou o presidente do Eurogrupo.

Paulo Portas em Bruxelas concorda com Passos Coelho

O ministro dos Negócios Estrangeiros em Bruxelas para a reunião dos Ministros das Relações Exteriores, afirmou aos jornalistas que o Primeiro-Ministro foi “pru-

dente” ao admitir a possibilidade de nova flexibilização das metas do défice para 2014, já que factores externos tornam o objectivo actualmente fixado “difícil de atingir”.

“Eu vejo essa matéria com serenidade. Toda a gente sabe o que eu disse à ‘troika’ e disse também ao País: que o objectivo do défice para 2014 podia ser difícil de atingir”, mas que devemos fazer tudo o que estiver ao nosso alcance para o conseguir, embora haja muitas dificuldades, “não porque os portugueses não estejam a fazer um grande esforço - porque o estão e merecem respeito por isso -, mas porque a economia europeia se está a deteriorar”, e, como a economia portuguesa é aberta, o País também sofre “com essa deterioração”, que se traduz em recessão e desemprego na Europa que, por inevitável reflexo, alastra a Portugal, pois não estamos isolados nas nossas fronteiras, do que se passa na Europa e no Mundo.

“É por isso é que os programas podem ajustar-se à realidade. Daí que eu considere com muita satisfação, a prudente declaração que o Primeiro-Ministro fez no nosso Parlamento, pois deixa abertos caminhos para soluções que admitem a possibilidade de, no momento próprio e na circunstância certa, flexibilizar certos objectivos. E não tenho mais a acrescentar”, afirmou.

O Primeiro-Ministro comenta e define curso a seguir

O Governo português não fez nenhum pedido de flexibilização da meta para o défice de 2014, nem colocou em cima da mesa qualquer valor, mas poderá vir a fazê-lo, tem liberdade para isso, afirmou Pedro Passos Coelho à margem de uma conferência a que assistiu e em que teve uma intervenção, no CCB.

“Não só não foi feito nenhum pedido nesse sentido (como eu próprio transmiti hoje ao presidente do Eurogrupo), e, ainda menos, claro, falar de valores precisos para a revisão do défice, como já andam por aí a circular”, declarou o Primeiro-Ministro aos jornalistas.

O chefe do executivo que tinha estado reunido, de manhã com o presidente do Eurogrupo, referiu ter dito a Jeroen Dijsselbloem o mesmo que disse na Assembleia da República na sexta-feira: “Não podemos, desde já, excluir que Portugal não possa vir a necessitar de flexibilizar as metas do défice para 2014, mas faremos tudo o que está ao nosso alcance para cumprir as metas que foram agora acordadas no sétimo exame regular”.

“Eu nunca coloquei valores para o défice nesta altura, isso não está em discussão nesta altura. Eu quis sinalizar apenas, e quis sinalizá-lo perante as instituições europeias também, que não excluimos a possibilidade de vir a pedir uma flexibilidade adicional em matéria de défice para o próximo ano, se as circunstâncias o vierem a recomendar”, acrescentou o Primeiro-Ministro.

No seu entender, houve “um salto lógico muito grande” entre as suas afirmações no debate quinzenal de sexta-feira “e aquilo que a própria comunicação social durante estes últimos dias veiculou, colocando até números à frente do valor para o défice”.

“Isso não está em cima da mesa nesta altura. Sinalizei que, se isso tiver de acontecer, o Governo não deixará de o solicitar. Se o tiver de fazer, não deixará de o fazer”, reiterou.

Aproxima-se mais a União Bancária

Jeroen Dijsselbloem afirmou, ainda, na conferência de Imprensa, que em meados de 2014 “começam as formalidades” para aprofundar a união bancária na zona euro, garantindo que este processo está a andar “o mais rápido possível”.

“Estamos a andar o mais rápido que podemos. O projecto só começou no verão do ano passado e em já em Dezembro acordámos o mecanismo único de supervisão bancária. O Banco Central Europeu (BCE) vai



começar o seu trabalho no verão e, entretanto, vamos olhar para os balanços dos bancos”, afirmou o também ministro das Finanças da Holanda.

“Em meados do próximo ano começam as formalidades e temos de assegurar que temos todos os instrumentos e todas as garantias para esse momento”, adiantou.

Jeroen Dijsselbloem disse várias vezes que “a união bancária é muito importante para o sucesso da zona euro”.

De acordo com o presidente do Eurogrupo, “a estratégia da zona euro” inclui três aspectos fundamentais: a consolidação orçamental, as reformas estruturais e a união bancária.

Dijsselbloem acrescentou que ele próprio e o ministro das Finanças português “concordam por completo que é preciso ir mais além” nesta matéria.

Vitor Gaspar, por seu lado, afirmou que “a fragmentação financeira é uma preocupação chave para Portugal”, apelando a que “o progresso na União Bancária suceda o mais rapidamente possível”.

“Acredito que as empresas portuguesas estão a ser penalizadas, em termos do seu acesso ao financiamento, muito para além do que seria justificado pelas suas perspectivas de negócio e pelo seu perfil de risco”, explicou o governante português.

Primeiro-Ministro no CCB

“Educação, Ciência, Competitividade”

O Primeiro-Ministro teve uma intervenção de fundo, ao abrir, no CCB, em Lisboa, uma conferência subordinada ao tema “Educação, Ciência, Competitividade”, no Centro Cultural de Belém, em Lisboa.

Um dos pontos mais fortes da intervenção de Passos Coelho, foi a possibilidade de atribuição de incentivos fiscais à contratação de doutorados e à investigação nas empresas, defendendo que “o investimento no capital humano mais qualificado, merece ser estimulado com um crédito fiscal”.

“São várias as iniciativas já no terreno para facilitar a investigação e a inclusão de doutorados no mundo empresarial, mas queremos ir mais longe, para que as empresas olhem para os doutorados como um investimento”, afirmou Pedro Passos Coelho, lembrando que “agora que chegou o momento do investimento para a economia portuguesa no seu todo, temos de olhar com uma atenção particular para o nosso capital humano mais qualificado e enquadrá-lo como um investimento que merece ser estimulado com um crédito fiscal”.

Decorre desta afirmação a asserção seguinte do Chefe do Governo, de que se deve igualmente “ponderar incentivos fiscais, assim como fundos europeus, para o investimento em investigação e desenvolvimento nas empresas, que não se limite às actividades próprias e a verdade é que as empresas portuguesas recrutam poucos investigadores e doutorados e nós temos de diminuir, neste aspecto, a distância que nos separa do Norte da Europa, com quem nos queremos medir.”

Texto completo da intervenção do Primeiro-Ministro na Conferência “Educação, Ciência, Competitividade”

«Senhor Ministro da Educação e Ciência, Senhor Dr. Vasco Graça Moura, Senhoras e Senhores Professores, Ilustres convidados: deixem-me começar por dizer aquilo que é certamente evidente para todos. A educação e a ciência servem propósitos muito mais amplos do que a competitividade ou o crescimento económico. A educação e a ciência constituem uma realização das potencialidades do espírito humano. São, sobretudo, o desenvolvimento do que há de mais elevado na nossa humanidade.

Não devemos depreciar, em nome de outros imperativos, a dimensão humanista da educação, que desempenha um papel tão importante na formação da nossa sensibilidade estética, do nosso pensamento, das nossas aptidões sociais e do nosso desejo de saber mais. Eu acredito que não existe qualquer contradição insanável entre a preservação deste legado humanista de séculos na educação e a resposta que a educação formal tem de dar às novas necessidades económicas. A chave do sucesso educativo em qualquer sociedade moderna está no equilíbrio entre estas duas dimensões.

De igual forma, não devemos depreciar a dimensão humana da procura do conhecimento através da ciência. A ciência tem um valor inestimável para a humanidade. Tem um valor democrático, de igualdade perante a verdade, tem um valor estético, da procura de explicações racionais e simples para os fenómenos, e tem um valor económico, pelo sustentáculo que dá ao desenvolvimento da técnica e da indústria. A chave do sucesso, mais uma vez está no equilíbrio entre o que por vezes se denomina a dimensão pura da ciência e a sua dimensão aplicada.

Nós estamos num processo de reforma transversal da economia e das instituições para recuperar a nossa competitividade e relançar o crescimento. A educação e a ciência são pilares fundamentais da nova economia que desejamos para Portugal, como não poderia deixar de ser. Uma das traves-mestras da Estratégia de Fomento Industrial apresentada pelo Governo há algumas semanas atrás consiste precisamente numa aposta na educação e na ciência, uma aposta adequada ao crescimento da



indústria e das empresas, com um aprofundamento do sistema de aprendizagem, do ensino profissional e vocacional, com mais investigação científica e maior ligação desta à indústria. É uma aposta de futuro de formação escolar e prática em contexto de trabalho:

- Para aumentarmos as qualificações reais dos nossos jovens e a sua empregabilidade;

- Para criarmos um ambiente geral mais estimulante da atividade empresarial e do investimento privado em formação nas empresas;

- Para atrairmos o investimento estrangeiro que procura no mundo inteiro trabalhadores bem qualificados. Que empresa mundial não quer instalar-se num país em que os trabalhadores são fonte permanentemente de inovação, aperfeiçoamento e criatividade? Em que os trabalhadores se regem por padrões que são exemplo no resto do mundo? Já temos exemplos desses entre nós, mas queremos multiplicá-los.

Estou convicto de que o nosso País beneficiará por muitos anos desta aposta. Vamos aliás alargá-la ao âmbito do ensino superior politécnico, com formações curtas. Quer dizer, iremos lançar ciclos de estudos não conferentes de grau académico, mas que atribuem um diploma, com uma forte componente de formação em contexto de trabalho.

Esta aposta não é contraditória com o investimento em qualificações mais elevadas ou em investigação mais avançada. Pelo contrário. É um falso dualismo de prioridades escolher entre mais ensino profissional ou ter mais cientistas. É impossível desligar uma dimensão da outra numa verdadeira reforma da educação para a competitividade, sobretudo numa pequena economia como é a portuguesa.

A evolução tecnológica traduzida em actividade

económica depende da investigação dos cientistas. Mas também depende das capacidades dos trabalhadores qualificados no desenvolvimento das tarefas produtivas concretas, com a sua criatividade, conhecimento prático e experiência na consecução de modos mais eficientes de produzir. Esta reunião de tarefas e competências será indispensável para acelerar a subida na cadeia de valor da nossa produção nacional.

Contudo, se queremos uma educação e uma política de ciência e tecnologia adequadas às necessidades da economia, e abertas à extraordinária circulação da informação que caracteriza os nossos tempos, então temos de insistir sobretudo no investimento inteligente e de qualidade. Com a actual situação de emergência financeira, essa restrição tornou-se muito mais apertada. Mas o desafio da conciliação da educação e da ciência com as necessidades de uma economia desenvolvida aponta para a qualidade e inteligência do investimento público como orientações estratégicas permanentes das políticas neste domínio.

“O aumento da qualidade da nossa educação depende do nosso contributo pessoal”

Quando tomamos a palavra “investimento” numa acepção mais alargada, e olhamos para a escola como um espaço de investimento de todos os que lhe dão vida – alunos, professores, auxiliares, pais –, percebemos que o aumento da qualidade da nossa educação também depende do nosso contributo pessoal. Esse contributo é um investimento de todos os dias. No fundo, estou a falar-vos daquilo que cada um de nós, e em particular todos os que estão envolvidos no dia-a-dia das nossas

escolas, Universidades e centros de investigação, podemos fazer para aumentar consistentemente os padrões, os resultados e os bens que a educação gera.

Cada um de nós tem de apontar alto. A qualidade depende dos meios, claro, mas também depende do nosso trabalho quotidiano, na dedicação à escola, no brio com que estudamos, no empenho com que ensinamos. A qualidade da educação é um desafio que é respondido com trabalho de equipa que reúne professores, alunos, escolas, pais e encarregados de educação – e que deve reunir cada vez mais a comunidade empresarial.

Por um lado, os professores têm a nobre responsabilidade de motivar os alunos, de exigir o melhor que eles têm para dar, de zelar pelos interesses e necessidades do aluno enquanto aluno. Mas os alunos também têm uma responsabilidade importante, a de cultivarem o desejo de ir mais longe na sua aprendizagem, na sua criatividade, no desenvolvimento dos seus talentos e capacidades. É um caminho que é percorrido com os pais e encarregados de educação, que são os primeiros e últimos educadores. Por sua vez, as empresas têm a responsabilidade de se aproximarem das escolas, de participarem cada vez mais intensamente na vida das escolas, e de verem nelas um grande parceiro natural.

Claro que ao Governo também cabe uma responsabilidade que não é menor: a responsabilidade de elevar os padrões gerais de exigência, de melhorar as condições de trabalho para todos, de gastar de modo inteligente os recursos escassos de que dispomos, de apoiar a autoridade dos professores e contribuir para os motivar para uma tarefa extremamente difícil que apela à inteligência, à persistência, que apela àquela dedicação que tantas vezes deixa marcas indeléveis na vida dos alunos.

Minhas senhoras e meus senhores, cada vez mais a educação e a investigação são bens de circulação internacional. As redes transnacionais de escolas e de equipas de investigação, a existência de um mercado mais e mais globalizado de oferta de projectos educativos, são factos de um Mundo em mudança, aos quais temos de estar muito atentos. Também aqui temos de apontar alto na internacionalização das nossas instituições e dos agentes educativos. Já o disse em diversas ocasiões e repito-o: queremos medir-nos pelos líderes mundiais e por aqueles que são reconhecidos internacionalmente pelos seus padrões de excelência. Isso vale para a adopção de boas práticas experimentadas. Vale para os resultados da investigação e da aprendizagem escolar. E vale para o aperfeiçoamento das nossas políticas públicas. A crescente abertura das nossas instituições neste domínio pode servir de exemplo a um processo mais amplo de abertura ao mundo da sociedade portuguesa no seu conjunto.

É verdade que não podemos ignorar as nossas dificuldades. Temos uma população pouco qualificada quando olhamos para quem hoje tem mais de 25 anos. Há muitos anos que registamos taxas anormais de desistência escolar. Estes aspectos negativos são problemas de competitividade e temos de persistir, ao longo dos próximos anos, na sua correcção.

Mas também temos as empresas, sobretudo PME, não tão próximas da escola, das universidades e das instituições de ciência e tecnologia como gostaríamos.

Precisamos de articular melhor a investigação com a actividade económica.

É preciso elevar a proporção do investimento privado em Investigação e Desenvolvimento.

“As nossas empresas recrutam poucos investigadores e doutorados”

Além disso, as nossas empresas recrutam poucos investigadores e doutorados. Temos de diminuir, neste aspecto, a distância que nos separa do Norte da Europa, com quem nos queremos medir. Com esse objectivo, o Governo está a executar um plano de apoio à contratação de doutorados pelas empresas. São várias as iniciativas já no terreno para facilitar a investigação e a inclusão de doutorados no mundo empresarial. Mas queremos ir mais longe, para que as empresas olhem para os doutorados como um investimento. Agora que chegou o momento do investimento para a economia portuguesa no seu todo,



temos de olhar com uma atenção particular para o nosso capital humano mais qualificado e enquadrá-lo como um investimento que merece ser estimulado com um crédito fiscal. E devemos também ponderar incentivos fiscais, assim como fundos europeus, que promovam o desenvolvimento de inovação aberta para que o investimento em investigação e desenvolvimento nas empresas não se limite às actividades próprias.

O sector empresarial só tem a ganhar com o aproveitamento mais intenso das capacidades instaladas em ciência e tecnologia, que já são muito diversificadas e viradas para a investigação aplicada e para o desenvolvimento experimental.

As empresas devem acompanhar ainda mais as Universidades no aproveitamento do o precioso capital humano que é a nova geração de cientistas e engenheiros com provas dadas em todo o mundo. O “Programa Investigador FCT” da Fundação para a Ciência e Tecnologia é dirigido precisamente a estes investigadores e a apoiar a sua competitividade internacional. E devemos estar atentos à mudança extraordinária que está a ocorrer na Universidade e na sua aproximação à economia. São já na ordem das várias centenas, as pequenas e médias empresas que nasceram nas Universidades ou em parceria com elas. São PME com forte pendor exportador e que têm criado alguns milhares de postos de trabalho. São uma das faces da nova economia que está a nascer em Portugal.

Ter o objectivo de aumentar o investimento privado em Ciência e Tecnologia não compromete o papel insubstituível do investimento público. Temos de continuar a investir recursos públicos nesta área estratégica, mas temos de garantir que continuaremos a investir bem, com inteligência e critério, seja nos projectos individuais, seja nas instituições. Este imperativo é ainda mais claro em tempos de emergência financeira.

Neste contexto, o novo Quadro Plurianual de financiamento comunitário para 2014-2020 é estratégico para a consolidação do Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia. Este Sistema tem agora as suas prioridades de investimento bem definidas:

- apostar na internacionalização da avaliação e das redes de investigação;
- na permanência dos nossos melhores investigadores em instituições nacionais, mas também na atração de investigadores estrangeiros de qualidade;
- na atração de fundos internacionais pelas instituições portuguesas;
- incentivar as parcerias entre as unidades de investigação e as empresas;
- promover projetos comuns de investigação aplicada e apoiar a transferência de tecnologia das universidades para as empresas através da criação em breve de um instrumento nacional para este efeito;

Estas prioridades foram definidas ao mesmo tempo que procurámos dar um salto qualitativo no rigor e na transparência com que os concursos são organizados, as instituições avaliadas e os fundos são afectados.

Minhas senhoras e meus senhores, a educação é um bem extraordinário. Não só porque é o melhor de todos os investimentos, com compensações que vão muito além das meramente económicas. A educação é um bem extraordinário porque não é uma simples reserva de cada indivíduo. Pode ser partilhado com os outros e muitas vezes sem nos darmos conta disso. Não faltam ocasiões em que partilhamos os nossos conhecimentos, as nossas aptidões e competências uns com os outros. Por meio da educação, enriquecemos a nossa sociedade, o nosso local de trabalho, a nossa família e todos os lugares da nossa vida social.

Além disso, a educação é central para as oportunidades a que todos têm direito de realizar os seus próprios projectos de vida e aspirações individuais.

Tudo isto conta na preparação do pós-troika e da sociedade que os Portugueses querem e merecem para o futuro.

- Uma sociedade mais livre porque o exercício da nossa liberdade, bem como a qualidade da nossa democracia, também dependem da educação e da sua qualidade. A fasquia é tão alta quanto esta: sermos senhores do nosso próprio destino, pensarmos livremente, termos as ferramentas para nos dedicarmos aos nossos projectos próprios, cada vez mais depende da nossa educação.

- Uma sociedade mais justa, mais coesa e com mais mobilidade social. Com mais e melhor educação poderemos combater muito mais eficazmente a transmissão da pobreza de uma geração para a seguinte. Contribuiremos para uma sociedade menos desigual com oportunidades para todos. Para isso temos de garantir que a escola reduz, e não amplifica, as desigualdades. Neste aspecto, vale a pena recordar que está cada vez mais demonstrado que um percurso escolar bem-sucedido, e as consequências económicas que daí advêm, começam a ser preparados logo nos primeiros anos de escolaridade. É importante, por isso, que saibamos dar atenção à educação de qualidade, com exigência, rigor e monitorização cuidadosa do progresso do aluno, nesses primeiros anos, e não apenas nos ciclos seguintes de escolaridade. É exactamente isso que estamos a fazer.

Ora, eu acredito que um País mais livre e mais justo é também um País mais próspero e produtivo. A par de mais e melhor educação, de mais e melhor ciência, as reformas estruturais que levámos a cabo, e que continuaremos a efectuar, ao gerarem melhores condições de competitividade, são ao mesmo tempo as bases da sociedade mais livre e justa que todos desejamos. É a esse processo virtuoso que chamei democratização da economia. É essa a base sólida do nosso futuro colectivo. Muito obrigado!»

Poiares Maduro vai aplicar o próximo Quadro Comunitário de Apoio a partir do início de 2014

O ministro-adjunto e do Desenvolvimento Regional disse, durante um jantar na Lourinhã, organizado pela distrital do PSD/Oeste, que o Governo pretende começar a aplicar o próximo Quadro Comunitário de Apoio a partir do início de 2014.

“Vamos conseguir iniciar a execução do próximo programa [comunitário] já no início de 2014, quando, no quadro anterior, demorou dois anos”, disse Miguel Poiares Maduro.

O governante adiantou que o Governo “pretende agilizar o funcionamento dos fundos” com o objectivo de os “racionalizar e torná-los mais eficazes”.

Para o efeito, solicitou a elaboração de um estudo “para identificar os estrangulamentos do processo burocrático dos fundos, para os eliminar no próximo quadro”.

O ministro-adjunto e do Desenvolvimento Rural, que vai tutelar a gestão dos próximos fundos comunitários, explicou que o Governo tenciona, com o novo quadro, “criar riqueza e dinamizar a economia para a tornar competitiva”.

“O principal défice do País é o de competitividade, o da capacidade de gerar riqueza de forma sustentável”, justificou.

Nesse sentido, já definiu quadro áreas estratégias que vão dar origem a quatro programas operacionais: competitividade e internacionalização, inclusão social e emprego, capital humano e sustentabilidade e eficiência no uso dos recursos. – Fonte: Lusa



O Ministro, na conferência “Consensus e Reforma Institucional”

O Ministro Adjunto e do Desenvolvimento Regional, acompanhado pelo Presidente da Fundação Calouste Gulbenkian, Artur Santos Silva, o presidente do Conselho

Económico e Social, José Silva Peneda, o governador do Banco de Portugal, Carlos Costa, e Isabel Mota, um pouco antes da conferência “Consensus e Reforma Institucional” para debater a importância da cooperação institucional em processos de ajustamento e reflectir

sobre a especificidade nacional em termos de reformas estruturais e das instituições nacionais, organizada na Fundação Calouste Gulbenkian, em Lisboa, no passado dia 24. – F. Gulbenkian

Jorge Moreira da Silva reprova os termos em que Sousa Tavares se referiu publicamente ao Presidente da República

Numa concedida ao Jornal de Negócios, o Vice-Presidente e Coordenador da CPN, Moreira da Silva, comentou os termos em que um cronista e escritor – Miguel Sousa Tavares – se referiu ao Presidente da República, apelidando-o de “palhaço”.

Aquele jornal reproduziu estas palavras de Moreira da Silva: «A crítica política é um exercício fundamental para o aprofundamento da democracia, para a qualificação das decisões políticas e para a melhoria do desempenho dos representantes dos cidadãos. Sendo que é legítimo e desejável a crítica livre e democrática a todos os responsáveis políticos e órgãos de soberania, incluindo o Presidente da República.

«Mas existem limites para o combate político. Infelizmente, esses limites foram ultrapassados nesta entrevista do Dr. Miguel Sousa Tavares, na medida em que escolheu insultar – e não criticar – o Presidente da República. A circunstância de terem sido proferidas por uma pessoa com as responsabilidades adicionais, perante o grande público, resultantes do seu longo percurso como jornalista, escritor, cronista e comentador político, torna estas declarações ainda mais criticáveis do ponto de vista do PSD e, espera-se, de todos os Partidos que valorizam a frontalidade e elevação do combate político», disse o Vice-Presidente do PSD. – Audiovisuais PSD



Apresentação da candidatura de Vasco Cunha à Câmara do Cartaxo

No dia 25, no Mercado Municipal do Cartaxo com a presença do Fernando Seara, Presidente da Câmara Municipal de Sintra, Vasco Cunha apresenta a sua candidatura, pelo PSD, às próximas eleições autárquicas.

Vasco Cunha, após cumprimentar as entidades e os amigos e companheiros presentes, afirmou assumir inteiramente a herança política do trabalho desenvolvido pelo PSD na autarquia e destacou o extraordinário apoio que recebeu - desde o primeiro momento - do "Movimento Coragem", liderado pelos cidadãos independentes Paulo Neves (actual Vereador na Câmara Municipal do Cartaxo) e João Mota (Presidente da Junta de Freguesia da Ereira).

Referindo o espaço em que decorria a apresentação, classificou-o como "...degradado pois todo este espaço, onde se insere e que era central - até há poucos anos atrás - está hoje secundarizado.

"A rua Batalhós teve intervenções atrás de intervenções, obras atrás de obras, mas o declínio do seu comércio e a morte de muitas casas comerciais, é hoje a mais evidente demonstração dos resultados dessas opções políticas.

"Depois de se juntarem os jardins, nesta zona central, o resultado é uma desoladora placa branca, deserta de vida, sem sombras no verão quente e um chão frio e sem protecção no inverno chuvoso.

"Prometeram-nos um enorme parque de estacionamento, capaz de atrair gente de fora, para dinamizar toda esta zona central e comercial, e o resultado é desolador. Acabaram com a antiga ligação da Estrada Nacional e o trânsito ficou caótico...

"Em suma, em cerca de 12 anos, conseguiu-se destruir a principal zona de atracção de todos aqueles que no Cartaxo convergiam para o centro da cidade e - pasme-se - conseguiu-se afastar desta zona, todos aqueles que de fora nos procuravam e aqui vinham visitar!

Além desses erros, não deixaram uma alternativa que os cofres municipais pudessem pagar /.../ mas sucede que também - em cerca de uma dúzia de anos - destruíram as finanças locais. A Câmara Municipal deve aos Bancos e aos fornecedores cerca de 50 milhões de euros e está a pagar os fornecimentos à media de dois anos!

Por isso, deixo aqui um alerta! As próximas eleições autárquicas têm - por tudo isto - de ser clarificadoras. É urgente fazer a ruptura com este passado recente.

A escolha é bem simples de fazer, entre os que nos trouxeram a esta situação e todos os outros, que nunca governaram o Município e dão garantia de trabalho, eficiência e honestidade.

Nesta candidatura, somos um grupo coeso - de cidadãos militantes do PSD e de Independentes - que soube antecipar - antes de mais ninguém - para onde é que iam as contas da Câmara Municipal.

Apresentámos propostas alternativas para evitar a catástrofe financeira e avisámos (sempre) do que é que estava para acontecer.

E mais adiante: "Falando com seriedade, tenho mesmo pouco para vos oferecer. Não posso fazer-vos a promessa de obras empolgantes e de grande envergadura. Não! Não posso. Não posso dizer que onde hoje não há dinheiro para pagar as mais elementares despesas do Município, amanhã haverá despesas e investimento facilmente realizáveis. Não acredito em soluções de milagre... Não! Isso não posso. Mas posso sim, em nome daquilo que é o meu passado, daquilo que é a minha



palavra e daquilo que representam todos os valores de honra em que acredito, assegurar 4 verdadeiros compromissos com todo o nosso Município.

"Começar a tratar da saúde financeira da Câmara Municipal, procurando reduzir as despesas, pagar o que se deve aos fornecedores e tentar encontrar a receita em falta, para equilibrar as contas que são deficitárias quase há 10 anos. Tratar de tudo o que tem a ver com a acção social onde o Município intervém - directa ou indirectamente - apoiando e estimulando todos os parceiros da rede social e as colectividades. Dar urgência ao vector económico do Município, indo à procura de investidores

e de interessados em instalar-se no Município do Cartaxo, para aqui estabelecer empresas, privilegiando o investimento, criar emprego e contribuir para a riqueza local e assegurar que a qualidade de vida volta a ser prioridade no Município, desde logo pelo forte empenho na requalificação urbana e no avanço decisivo da revisão do Plano Director Municipal (PDM)."

Já a terminar, Vasco Cunha exclamou: É preciso despertar o Cartaxo! Ter paixão pela nossa terra! Recuperar o orgulho por esta terra. Viva o cartaxo!

Correspondente



PSD promove iniciativas de formação para autarcas

Sob a égide do instituto Sá Carneiro, o PSD esta a realizar uma série de iniciativas de formação rápida para autarcas – especificamente, autarcas candidatos à próximas eleições – que tem como destinatários Candidatos e seus Mandatários Financeiros e Directores de Campanha. Esta acção, pela sua forma compacta e pela duração reduzida, foi denominada de Formação Blitz, autárquicas 2013 (Blitz, em Alemão, significa “Relâmpago” e o termo foi popularizado na II Guerra Mundial, pela forma rápida e eficiente como foram conduzidas as operações germânicas, tendo o termo entrado no vocabulário popular d muitas línguas).

No total, a acção desenrola-se em seis sessões, das quais várias já se realizaram, pois o início foi no passado dia 11, em Faro destinado às Distritais de Beja e Faro

Seguiu-se Lisboa, no dia 18/05 e destinou-se às Distritais de Lisboa AO, Setúbal, Santarém e Évora.

Depois, Castelo Branco, no dia 25/05 e destinou-se às Distritais de Portalegre, Castelo Branco e Guarda.

No dia 1 de Junho, será em Paços de Ferreira, e destina-se às Distritais do Porto, Braga e Viana do Castelo.

Em Mirandela, a realizar no dia 08/06, destina-se às Distritais de Bragança e Vila Real e finalmente,

Coimbra, no dia 15/06, destina-se às Distritais de Aveiro, Coimbra, Viseu e Leiria.

O programa, sessão a sessão, decorre das 09.30 às 18.00 horas e após a abertura, aborda os temas “Comunicar claro – falar em Público” desenvolvido pelo eurodeputado Carlos Coelho; “Autarquias, competência e atribuições”, eng. António Paiva; “Fundos comunitários”, Deputado José Manuel Fernandes; Campanha e Dia Eleitoral”, Deputado Nuno Matias; “Compromisso Eleitoral – com a GENPSD”, Deputado Paulo Mota Pinto e encerramento, que, como o Compromisso Eleitoral com o GENPSD, tem sido abordados por diferentes responsáveis ao nível partidário, incluindo o Secretário-Geral Nacional, José Matos Rosa.

Esta acção está a conhecer um êxito assinalável e os participantes reconhecem a sua grande utilidade, como instrumento que lhes permitirá desempenhar melhor em condições eleitorais e, depois, em trabalho no terreno.
- Fonte: Audiovisuais do PSD



Conselho de Ministros de 23 de Maio de 2013

1. O Conselho de Ministros aprovou uma proposta de lei e um decreto-lei que contém um pacote de incentivos fiscais ao investimento que contribuirá de forma decisiva para relançar a economia, fomentar o crescimento económico e para criar emprego de forma sustentada.

Este pacote é constituído, por um lado, por um Crédito Fiscal Extraordinário ao Investimento, um incentivo fiscal ao investimento sem precedentes em Portugal e, por outro lado, por outras medidas fiscais de promoção do investimento, designadamente o reforço do Regime Fiscal de Apoio ao Investimento (RFAI) e o reforço dos benefícios fiscais ao investimento de natureza contratual.

Em paralelo, de forma a conferir maior segurança e estabilidade aos investidores, o Governo decidiu também reduzir o prazo para prestação de informações vinculativas em matéria fiscal e criar o Gabinete Fiscal de Apoio ao Investidor Internacional.

2. O Conselho de Ministros aprovou uma proposta de lei que regula a obrigatoriedade de publicitação dos benefícios concedidos pela Administração Pública a particulares, tendo como objectivo o reforço dos mecanismos de transparência.

Nesse sentido, é aperfeiçoado o acompanhamento da obrigatoriedade de publicitação dos benefícios concedidos pela Administração Pública a particulares, alargando o âmbito de entidades públicas obrigadas a publicitação de apoios.

Passam a contemplar-se os apoios decorrentes de receitas próprias de entidades públicas, e, no respeitante aos beneficiários desses apoios, são incluídas todas as entidades públicas que se encontrem fora do perímetro do sector das administrações públicas no âmbito do Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais, visando-se os chamados «Estado paralelo» ou «Administração Pública paralela», constituídos pelo conjunto de entidades com elevada dependência de apoios públicos e de natureza, pública ou privada, não claramente definida.

É ainda facilitado o cumprimento das obrigações de publicitação e reporte, com racionalização dos custos associados, impondo-se a desmaterialização dessa publicitação através da sua exibição em local dedicado nos respectivos sítios na Internet e no da IGF.

3. O Conselho de Ministros aprovou o novo regime de exercício da actividade pecuária.

O diploma, que incorpora os resultados obtidos no âmbito do processo de consulta pública, tem como objectivos:

- Simplificar e actualizar o quadro legislativo, concentrando num único diploma as normas essenciais do regime do exercício da actividade pecuária nas explorações pecuárias, entrepostos e centros de agrupamento;
- Viabilizar a adaptação das explorações pecuárias às normas de sanidade e bem-estar animal, e às normas ambientais;
- Potenciar a regularização e a adaptação das edificações das explorações pecuárias às normas urbanísticas e de ordenamento do território;
- Simplificar os procedimentos;
- Simplificar os sistemas de informação.

Apostando no envolvimento dos municípios, o diploma agora aprovado reforça a vocação das actividades pecuárias como elemento determinante para a manutenção dos espaços rurais e para o desenvolvimento de produtos de qualidade reconhecida, essenciais para a economia das populações rurais.

4. O Conselho de Ministros aprovou um diploma que transpõe uma directiva comunitária relativa à protecção dos animais utilizados para fins científicos.

São estabelecidas regras mais pormenorizadas,



concretizando a aproximação das normas aplicáveis nos Estados-Membros da União Europeia. Pretende-se garantir o bom funcionamento do mercado interno, bem como melhorar o bem-estar dos animais utilizados em procedimentos científicos.

5. O Conselho de Ministros aprovou o Acordo de Cooperação Consular entre os Estados Membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

O Acordo assenta no interesse comum dos Estados membros na cooperação consular, nomeadamente no que respeita à protecção consular, e na consolidação do sentimento de pertença comunitária dos cidadãos da CPLP. É ainda objectivo do acordo promover a generalização e harmonização das disposições das convenções internacionais, com evidente benefício para os Estados membros.

6. O Governo aprovou os termos da transferência das competências do Centro Hospitalar do Oeste (CHO) para o Centro Hospitalar de Leiria Pombal, E.P.E., (CHLP) relativas à prestação de cuidados de saúde à população do concelho de Nazaré e à população do concelho de Alcobaca, com excepção das populações das freguesias de Alfeizerão, Benedita e S. Martinho do Porto.

Para além dos critérios de racionalização e eficiência, o Governo pretende garantir a proximidade e a acessibilidade das populações aos serviços de saúde, com base em critérios de localização geográfica e de maior acessibilidade assistencial às populações.

É integrado no CHLP a unidade hospitalar do CHO designada como Hospital Bernardino Lopes de Oliveira de Alcobaca. Esta unidade passa a integrar a rede de referenciação de cuidados hospitalares da Administração Regional de Saúde do Centro (ARSC). As populações das freguesias de Alfeizerão, Benedita e S. Martinho do Porto do concelho de Alcobaca mantêm a sua ligação ao CHO.

7. O Governo aprovou a classificação de seis edificações/sítios como monumentos nacionais, sendo eles:

- Santuário de São João de Arga, em Arga de Baixo, freguesia de Arga de Baixo, concelho de Caminha, distrito de Viana do Castelo, levantado numa zona de rochas escarpadas e desfrutando de panorâmica privilegiada sobre o curso final do rio Minho, constitui um lugar de culto de indiscutível relevância histórica, arquitectónica

e etnográfica;

- Abrigo do Lagar Velho, na margem esquerda da ribeira da Caranguejeira, Vale do Lapedo, freguesia de Santa Eufémia, concelho e distrito de Leiria, que documenta vestígios relacionados com a frequentação do local por grupos de caçadores-recolectores nómadas durante o Paleolítico Superior;

- Menir da Meada, na Tapada do Cilindro, freguesia de Santa Maria da Deveza, concelho de Castelo de Vide, distrito de Portalegre, erguido no intervalo de tempo correspondente aos períodos Neolítico e Calcolítico;

- Cromeleque de Vale de Maria do Meio, na Herdade de Vale de Maria do Meio, freguesia de Nossa Senhora da Graça do Divor, concelho e distrito de Évora;

- Castelo de Penamacor, também denominado Fortaleza de Penamacor, no Lugar do Cimo da Vila, Penamacor, freguesia e concelho de Penamacor, distrito de Castelo Branco.

- Ponte da Arrábida, entre o Porto e Vila Nova de Gaia, freguesias de Massarelos e São Pedro da Afurada, concelhos do Porto e Vila Nova de Gaia, distrito do Porto. Projectada por Edgar Cardoso e erguida entre 1956 e 1963, a Ponte da Arrábida é classificada como monumento nacional no ano em que se comemora o centenário do nascimento de Edgar Cardoso e o cinquentenário da inauguração da própria ponte.

8. O Conselho de Ministros aprovou a nomeação de um vogal do conselho de administração da Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos, por conclusão de mandato do anterior vogal.

Foi ouvida a Comissão de Recrutamento e Selecção para a Administração Pública, que se pronunciou favoravelmente sobre a nomeação constante da presente resolução.

9. O Conselho de Ministros aprovou a nomeação do conselho de administração da Parque Escolar, E.P.E, para o triénio 2013-2015, composto por um presidente e dois vogais.

Foi ouvida a Comissão de Recrutamento e Selecção para a Administração Pública, que se pronunciou favoravelmente sobre a nomeação constante da presente resolução.

Jorge Moreira da Silva esclarece sobre a flexibilização das metas do défice

O PSD venceu, no dia 25, numa declaração de Moreira da Silva, 1º Vice-Presidente e coordenador da CPN/PSD que uma nova flexibilização das metas do défice de Portugal em 2014 é uma possibilidade e não uma certeza pois o Governo nada solicitou ainda nesse assunto; e advertiu que se esse passo for dado nunca dispensará a reforma do Estado.

Esta posição foi transmitida aos jornalistas pelo coordenador da Comissão Política do PSD, Jorge Moreira da Silva, após ser interrogado se confirmava que o Governo português irá beneficiar no próximo ano de uma nova flexibilização da meta do défice, passando de 4 para 4,5%.

“O primeiro-ministro admitiu a possibilidade de as metas serem revistas, mas coisa diferente foi o que ouvi hoje na comunicação social, de que estava em curso um conjunto de negociações. Mas não foi isso que o Primeiro-Ministro disse” na sexta-feira, durante o debate quinzenal na Assembleia da República, começou por avisar Jorge Moreira da Silva.

De acordo com o vice-presidente do PSD, há uma abertura do Governo para que haja uma flexibilização da meta do défice em 2014 no âmbito do programa de ajustamento.

“Em função de uma estratégia de cumprimento e não de incumprimento, por duas vezes o Governo já conseguiu junto da ‘troika’ a correcção de algumas metas relativas ao défice orçamental. O anterior Governo [socialista] tinha fixado o prazo de défice de 3% para este ano e o Governo actual conseguiu por duas vezes adiar por dois anos o cumprimento dessa meta. Tem havido uma capacidade do Governo, assente na credibilidade alcançada por uma estratégia de cumprimento ao nível da consolidação orçamental, de explorar as oportunidades de flexibilidade na medida em que a Europa atravessa uma conjuntura de estagnação e até de recessão”, apontou o dirigente social-democrata.

Nesse sentido, Jorge Moreira da Silva sustentou que se verifica ser errada a ideia de que o actual Governo “é mais ‘troikista’ do que a ‘troika’ (Banco Central Europeu, Comissão Europeia e Fundo Monetário Internacional)”.

“Este Governo conseguiu que fossem flexibilizadas metas negociadas pelo anterior executivo. Este padrão acompanha o actual Governo desde o início” do seu mandato, frisou.

Porém, segundo Jorge Moreira da Silva, “é importante que não se transforme essa possibilidade [de flexibilização] das metas numa certeza e, por outro lado, numa desculpa para não discutirmos a reforma do Estado”.

“Precisamos de reduzir o défice não por causa da ‘troika’, é por nossa causa. A única forma de podermos baixar os impostos aos cidadãos - objectivo que é essencial - é através da redução da despesa. E a única forma de reduzirmos a despesa de forma estrutural é através da reforma do Estado”, advogou.

Depois, o coordenador da Comissão Política do PSD deixou um aviso: “Espero que não se utilize a abertura admitida pelo primeiro-ministro no parlamento como um pretexto para não debatermos a reforma do Estado e não colocarmos a reforma do Estado como algo absolutamente essencial para a redução do défice”.

“Essa redução do défice é essencial para reduzirmos os impostos”, acrescentou.



Poiares Maduro pede a contribuição da “comunidade política” para um discurso “mais construtivo”



O ministro do Desenvolvimento Regional, Miguel Poiares Maduro exortou, na semana passada, “a comunidade política” a “contribuir para um discurso público mais construtivo e informado” sobre “políticas de fundo” para o país e menos centrado “em questões de tática política”.

Em declarações aos jornalistas à margem da cerimónia de apresentação do programa de comemoração do centenário da I Guerra Mundial, Poiares Maduro rejeitou que haja “divergências” no Governo a propósito da contribuição de sustentabilidade, defendendo que são apenas “diferentes sensibilidades” com opiniões diversas.

“O que existe é um Governo de coligação, com diferentes sensibilidades, como é comum em governos de coligação, aliás diria até mesmo em governos que não são de coligação, existe uma diversidade de opiniões que são debatidas e levam a decisões que depois são decisões de todo o Governo e assumidas como tal por todo o Governo”, sustentou.

O governante frisou que “nunca” comentará declarações dos partidos políticos da coligação, mas rejeitou que o Primeiro-Ministro, Pedro Passos Coelho, e o ministro dos Negócios Estrangeiros, Paulo Portas, tenham manifestado quaisquer posições inconciliáveis.

“É normal no contexto de um Governo e de decisões políticas que todos os ministros contribuam com diferentes sensibilidades e diferentes posições no sentido de construir uma posição que é comum a todo o Governo, é assim que se passou, é assim que se irá passar e é assim que se formam boas políticas no contexto de um Governo”, afirmou.

Poiares Maduro defendeu ainda que todos os que fazem parte da “comunidade política” devem “procurar contribuir para um discurso público que seja mais construtivo e mais informado, não tanto centrado em questões de tática política, de politiquice”, e mais “em questões de fundo”.

“Eu penso é que, sem querer culpar a comunicação social, de forma nenhuma, todos nós temos a percepção de que o comentário político em Portugal assumiu uma natureza que eu por vezes quase que defino como mais centrada na pontuação artística, está mais focado em questões de tática política do que em questões de política de fundo, de políticas públicas, de quais são as boas políticas para Portugal sair desta crise”, acrescentou. – Fonte: Lusa

Jorge Moreira da Silva no “Desafio 2013”

“O poder local tem a oportunidade de participar num novo modelo de desenvolvimento”

Mais de duzentas pessoas participaram numa sessão de trabalho, sobre as próximas eleições autárquicas, num encontro que decorreu num hotel, em Lisboa, no Sábado passado

Para Jorge Moreira da Silva, 1.º Vice-Presidente do Partido Social Democrata, explicou sábado, dia 25 de Maio, que presidiu à reunião, a importância das próximas eleições autárquicas é muito grande, dando-lhes uma característica de serem muito especiais, porque ocorrem num momento quase único, em que o poder local tem a oportunidade de participar de uma forma ainda mais significativa num novo modelo de desenvolvimento, que vá para lá de um resgate económico-financeiro”, disse, lembrando que talvez nunca como agora, as autarquias vão escolher quem as governa, com o seu eleitorado muito menos preocupado ou influenciado pela política partidária, e muito mais justamente, preocupado com a situação sócio económica de Portugal e – por reflexo - na sua autarquia

E é com a sua decisão – com a decisão de todas as autarquias – que se pode forjar uma ferramenta que será decisiva no desenvolvimento futuro, na recuperação do emprego e da qualidade de vida.

O 1º Vice-Presidente e Coordenador Permanente da Comissão Política Nacional do PSD falava no encerramento dos trabalhos de uma iniciativa organizada pela Comissão Política Distrital e Regional do PSD e JSD, respectivamente, intitulada de “Desafio 2013: As nossas soluções”.

Entre os participantes, o candidato apoiado pelo PSD para a presidência da Câmara de Lisboa, Fernando Seara, afirmou hoje que a economia da capital está em sofrimento por causa de “senhorios” institucionais e de empresas monopolistas que esmagam os cidadãos.

Fernando Seara falava na sessão de encerramento de uma conferência promovida pela JSD/Lisboa, subordinada ao tema “Desafios 2013, as nossas soluções”.

Na sua intervenção, que foi muito aplaudida pelos participantes e audiência, Fernando Seara sustentou que as câmaras da Área Metropolitana de Lisboa geridas por maiorias sociais-democratas estão em condições de promover uma redução de impostos.

Mas, na sua perspectiva, a Câmara da capital, liderada pelo socialista António Costa, apresenta uma situação distinta.

“Hoje a economia da cidade está em sofrimento, reflectindo as condições de degradação do cidadão, da empresa e da ausência de qualidade institucional. O cidadão nesta cidade possui um conjunto de senhorios: A EMEL, a EDP, a EPAL, as taxas e os impostos que esmagam a disponibilidade do cidadão para viver a sua cidade e para se dispor à felicidade”, disse.

De acordo com o presidente da Câmara de Sintra, o cidadão trabalha “para alimentar muitas rendas absurdas, para alimentar a ineficiência institucional, a obesidade e a ganância de muitos prestadores de serviços, públicos ou monopolistas”.

“Este é o cerne da reforma do Estado, de qualquer Estado. A cidade define e aguarda a mudança de atitude e de liderança. Por isso, é decisivo agir para o bom futuro económico da cidade”, venceu.

Na anterior intervenção, o líder da Distrital de Lisboa do PSD, Miguel Pinto Luz, tinha deixado uma advertência aos sociais-democratas que nas próximas eleições autárquicas se candidatam em “falsas” listas independentes.

“Há quem não aceite as regras da democracia inter-



na”, lamentou o presidente da Distrital de Lisboa do PSD.

“Quem escolher travar esta batalha pelo lado de fora ficará depois de fora”, avisou, após elogiar as intervenções proferidas esta manhã pelos candidatos sociais-democratas às câmaras de Sintra, Pedro Pinto, e de Oeiras, o independente Moita Flores.

Tanto Moita Flores como Pedro Pinto criticaram que figuras rejeitadas pelo PSD tentem agora preencher o

espaço que “de boa-fé” foi aberto pelo parlamento para o surgimento de verdadeiras candidaturas independentes.

Miguel Pinto Luz apelou também para que os sociais-democratas contrariem a confusão que se pretende instalar entre eleições legislativas e autárquicas, salientando que em Setembro próximo não é o Governo quem será sujeito a julgamento por parte dos eleitores. - Fonte Audiovisuais PSD



Ministro da economia considera que o conjunto de medidas fiscais é “o melhor incentivo à criação de emprego”

O ministro da Economia considerou que o conjunto de medidas fiscais aprovadas na semana passada é “o melhor incentivo à criação de emprego”, respondendo às críticas da CCP, que considerou o plano “desajustado” da realidade.

“Estamos a dar incentivos ao investimento, esse é o melhor incentivo à criação de emprego. Se isso é estar desajustado da realidade, então não sei de que realidade estamos a falar”, disse Álvaro Santos Pereira à entrada para um almoço de preparação do primeiro Fórum Económico Luso-Árabe, organizado pela Câmara de Comércio e Indústria Árabe-Portuguesa.

O presidente da Confederação do Comércio e Serviços de Portugal (CCP), João Vieira Lopes, criticou hoje as medidas de incentivo fiscal ao investimento anunciadas pelo Governo, considerando-as “desenquadradas de um conjunto de necessidades das empresas”.

O Crédito Fiscal Extraordinário ao Investimento (CFEI) é uma medida “positiva, no entanto, como surge desenquadrada de um conjunto de necessidades das empresas, quer no mercado interno – onde há necessidade de haver maior poder de consumo das pessoas – quer no mercado externo, tendo em conta a recessão europeia, acabará por ter sempre um efeito muito limitado”, afirmou o líder da CCP, à margem da conferência ‘Consensus e Reforma Institucional’, organizada pelo Banco de Portugal, Conselho Económico e Social e pela Fundação Calouste Gulbenkian.

O ministro garantiu na quinta-feira que o CFEI poderá, no limite, reduzir a taxa efectiva de IRC para 7,5% face aos atuais 25% a que são tributadas as empresas.

“No limite, pode reduzir para 7,5% a taxa geral efectiva em IRC para as empresas que invistam de forma expressiva em 2013”, sublinhou o Ministro

As declarações do ministro foram feitas numa conferência de imprensa no seguimento da aprovação em Conselho de Ministros, horas antes, de um pacote de incentivos fiscais ao investimento.

Confrontado já com estas e outras críticas sobre este assunto, Álvaro Santos Pereira argumentou que há que apostar quer na procura interna, quer na externa, e lembrou que “Portugal exportou cerca de 28% do PIB [Produto Interno Bruto] na última década, mas tem de exportar 50% até 2020, esse é o objectivo que está no memorando do crescimento, mas também o investimento tem de puxar pela economia”, e assim se explica a aprovação de “benefícios bastantes grandes para as empresas investirem e criarem emprego”.

Questionado sobre se existe alguma meta para o aumento da captação de Investimento Directo Estrangeiro por via destas medidas, o Ministro respondeu: “A nossa meta para o investimento estrangeiro e nacional é continuar a perseguir a política de privatizações, que tem atraído investimento estrangeiro importante”.

O governante elencou ainda algumas das medidas que considerou mais importantes. “Lançámos concessões no sector dos transportes, alargámos os nossos esforços de diplomacia económica, tendo agora mais músculo fiscal, com créditos fiscais muito fortes, como nunca tivemos”, acrescentou.

O ministro disse que, com estas medidas, quer que os investidores estrangeiros “olhem para Portugal como um destino de investimento” e, quando confrontado com a ausência de uma meta quantitativa, afirmou: “Não contem comigo para fazer anúncios irrealistas de investimentos ou de criação de emprego, o Governo tem é de criar as condições fortes e medidas arrojadas para termos mais investimento e emprego; contamos que os investidores possam responder já”. – Fonte: Lusa



Crédito fiscal traz mais competitividade e investimento a Portugal



Durante o debate quinzenal com o Primeiro-Ministro, dia 24 de Maio, Luís Montenegro declarou que o PSD sempre afirmou que “a consolidação orçamental, a estabilização do sistema financeiro, a recuperação das condições de financiamento da nossa economia, o equilíbrio da balança comercial e todo o trajecto que já percorremos para poder regressar a mercado, eram condições para podermos recuperar a nossa soberania plena em Junho de 2014, mas eram e são também um pressuposto da abertura de um novo ciclo de crescimento económico, com mais investimento e mais criação de emprego”. O líder parlamentar do PSD acrescentou que o mesmo se pode dizer das reformas estruturais, “desde a reestruturação dos serviços públicos, a muitas outras do ponto de vista sectorial, com especial destaque para aquelas que na justiça também favorecem a actividade económica e o crescimento da economia”. “As medidas que foram apresentadas de estímulo ao investimento são um complemento desta estratégia que, desde o início, o Governo e esta maioria vem delineando e vem concretizando. São medidas fundamentais, que se juntam à estratégia de crescimento económico, criação de emprego e fomento industrial que o Governo apresentou e que se juntam a outras medidas, como IVA de caixa ou esta nova missão da Caixa Geral de Depósitos para esta ficar mais direccionada para liderar o crédito à economia e, em especial, às pequenas e médias empresas”.

Neste sentido, segundo o deputado, “o crédito fiscal extraordinário, que foi anunciado e que é uma medida sem precedentes em Portugal, constitui um factor que dá mais competitividade e mais atractividade ao investimento. São medidas que criam condições, que criam incentivos ao investimento e que não podem ser desprezadas. Isto não é propaganda: são medidas concretas que influenciam a vida das pessoas, a vida das empresas e a capacidade do país gerar mais riqueza e mais postos de trabalho”.

Realçando a importância de serem criadas condições para criar oportunidades de financiamento à economia, o líder do grupo parlamentar recordou que esta semana trouxe duas novidades ao nosso país. Por um lado, o resultado da reunião dos ministros das Finanças e Portugal e da Alemanha, em que se pôde comprovar a credibilidade do Estado português, em que foi manifestada a disponibilidade dos alemães, através do seu Banco do Fomento, de contribuírem para o financiamento das nossas pequenas e médias empresas. Outra decisão relevante foi a decisão da Comissão Europeia de prolongar, até Junho de 2014, o co-financiamento dos fundos estruturais a 95%. “Estas decisões correspondem todas a dar mais capacidade de financiamento à nossa economia e demonstram que, ao contrário do que muitas vezes demagogicamente se vem dizendo, Portugal tem uma voz credível na Europa e pode gerar vantagens para o país e para a nossa economia”.

Contudo, apesar destas serem notícias de extrema importância para Portugal, o PS tem-se apressado a dizer que nada disto é importante e ainda ontem recuperaram a sua obsessão com a instabilidade política e a realização de eleições antecipadas. “Parece que o PS, que tanto reclamou medidas de estímulo à economia, agora que tem a oportunidade de dizer o que pensa ou de trazer medidas complementares, está mais preocupado com o calendário eleitoral. O PS vive fora de tempo. Primeiro, queriam as medidas, depois, quando as medidas chegam, não querem falar delas. À antecipação do calendário eleitoral proposta pelo PS nós contrapomos uma vontade muito férrea de anteciparmos a retoma da nossa economia, a retoma das condições para podermos criar mais emprego e para podermos resultar na vida das pessoas e na vida das empresas os efeitos das nossas políticas. O PS está muito empenhado em poder provocar eleições antecipadas, custe o que custar, mas não é, seguramente, isso que os portugueses querem e precisam”.

A terminar, Luís Montenegro focou-se na reunião do Conselho Europeu, realizada na semana passada, sobre o combate à fraude e evasão fiscais. Um combate, destacou o social-democrata, “essencial para garantir mais justiça, mais equidade e mais igualdade, porque pode permitir que, no futuro, nós possamos aliviar a carga fiscal elevadíssima que hoje suportam as famílias e as empresas. O deputado realçou o esforço feito pelo Primeiro-Ministro para que a Europa possa acompanhar os países que já estão a intervir nesta matéria, sendo Portugal um desses países. “Estamos em maio e podemos já avaliar o impacto das reformas feitas ao nível da fiscalidade no primeiro trimestre deste ano. Em Portugal foram emitidas e comunicadas mais de 900 milhões de facturas, foram detectadas mais de 30 mil empresas que não declararam o IVA devido pelas facturas emitidas e foram detectadas mais de 14 mil empresas que não estando registadas nas finanças estavam a emitir facturas. Este trabalho é muito importante para poder dar igualdade de oportunidades mas, sobretudo, para poder criar condições para que possamos ter um alívio da carga fiscal a médio prazo”.

Ricardo Rio defende redução de taxas municipais incidentes sobre o comércio

Ricardo Rio visitou o Stand Só Barroso, empresa de comércio e aluguer de veículos automóveis, dia 23 de Maio. A visita permitiu ao líder da coligação "Juntos Por Braga" de perceber, de forma mais detalhada, o funcionamento e os problemas com que se depara actualmente o comércio automóvel em Braga. Américo Barroso, sócio-gerente da empresa, acompanhou Ricardo Rio, durante a iniciativa.

Segundo Ricardo Rio, esta visita serviu constatar que, apesar de este ser um sector que tem estado a sofrer um duro revés por força da quebra do consumo de bens duradouros, a aposta na inovação e na capacidade de gestão continua a dar óptimos resultados. "Pelos excelentes resultados que tem conseguido obter, este é um exemplo de que a abordagem ao mercado de forma diferenciadora traz inúmeros benefícios. Hoje em dia, em qualquer que seja o sector, é fundamental que se perceba que somente apostando na inovação e estando um passo à frente da concorrência se pode ter sucesso", salientou.

Nesse sentido, Américo Barroso, sócio-gerente da empresa, sublinhou que esta empresa está em contraciclo com o que se passa no mercado automóvel nacional, uma vez que estão a conseguir vender cerca de 80 automóveis por mês, resultados que apelidou de "excepcionais". "O nosso desempenho tem sido muito positivo, somos uma empresa com 29 anos de experiência no sector e pautamos a nossa actuação pela atenção, transparência e rigor", enfatizou, garantido que ao longo do tempo têm conseguido estabelecer parcerias de sucesso.



Para o líder da coligação, este é também um sector que, através da internet, se transformou num mercado global, abrindo inúmeras oportunidades de negócio a nível nacional. "É um mercado que tem registado, segundo aqui podemos apurar, um crescimento paulatino que é de saudar e que nos leva necessariamente a estimular quem aposta nessa inovação e nessa capacidade de, mesmo por entre as dificuldades, fazer diferente e lutar pelo sucesso e pelo crescimento económico da sua empresa", garantiu Rio, lembrando que esta é uma empresa que emprega cerca de 20 pessoas, o que é um número relevante no contexto actual.

Por outro lado, o candidato à Câmara Municipal de Braga notou que foram também discutidas alguma das interacções do comércio e deste sector em particular com a esfera da autarquia. A esse nível, o elevado valor das taxas de publicidade foi a principal preocupação levantada por Américo Barroso e partilhado por Ricardo Rio. "Essa é uma preocupação que já temos registado noutros contextos. As taxas de publicidade são muito dispendiosas para o sector do comércio e, numa conjuntura difícil como hoje vivemos, acabam por onerar excessivamente os orçamentos destas empresas de média dimensão", acrescentou.

Marvão assina protocolo com o "Impulso Jovem"



No dia 25 de Maio, o município de Marvão recebeu no Salão Nobre, o secretário de Estado do Emprego, Pedro Roque, que procedeu à assinatura de contratos no âmbito dos programas "Património Activo" e "Impulso Jovem", executados e apoiados pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional.

O Programa Património Activo tem como objectivo estimular o contacto dos jovens com o mercado de trabalho, promover o desenvolvimento de novas competências e a reintegração daqueles que se encontrem em situação de desemprego. No âmbito deste programa, o município de Marvão apresentou junto do Centro de Emprego e Formação Profissional de Portalegre do Instituto do Emprego, nas áreas de conservação e reabilitação urbana e animação cultural junto a comunidades locais e aos centros urbanos.



O Programa "Impulso Jovem" tem como objectivo a realização de estágios profissionais para jovens, entre os 18 e 24 anos, que procuram o primeiro emprego ou um novo emprego, permitindo a sua aproximação ao mercado de trabalho. No âmbito deste programa, o município de Marvão apresentou também candidatura à medida Passaporte Emprego.

As candidaturas apresentadas permitirão ao município de Marvão integrar 18 marvanenses ao nível do mercado social de emprego.

Reestruturação da saúde “é um retrocesso inaceitável para o Hospital da Horta”

O PSD/Açores acusou, dia 23, o Governo Regional de estar a fomentar “um retrocesso inaceitável para os cuidados de saúde prestados pelo Hospital da Horta”, considerando que a reforma pretendida pela tutela foi feita sem se ouvirem as pessoas responsáveis pela unidade de saúde. “Foi feita contra essas pessoas”, criticou o deputado Luís Garcia.

O social-democrata falava após uma reunião dos deputados do PSD/Açores eleitos pelo Faial, Pico e Flores, na qual analisaram a proposta de reestruturação do Serviço Regional de Saúde, concluindo que “a proposta em causa não é um contributo positivo para a desejada sustentabilidade do sector, pois afinal aumenta os seus custos ao invés de os diminuir”, avançou.

Para Luís Garcia, as reformas devem ser feitas para as pessoas e com as pessoas. “Devem ser feitas com quem está no terreno e conhece as dificuldades e as pretensões de cada unidade de saúde, e não foi isso que aconteceu no Hospital da Horta”, reiterou.

O deputado do PSD/Açores reafirmou o compromisso do partido “em defender esta unidade de saúde, pelo que somos frontalmente contra a redução de especialidades ou de qualquer outra valência no Hospital da Horta. Afirmámo-lo perante a sua administração e estamos agora a dizê-lo directamente para os seus utentes”, frisou.

“Não podem ser retirados serviços como a Oncologia ou a Urologia, que é uma referência do nosso hospital na Região, bem como a Unidade de Cuidados Intensivos, pois isso vai inviabilizar outros actos médicos. Além de que a proposta do Governo Regional deixa também aberta a porta para o encerramento do bloco de Partos na Horta”, alertou o social-democrata.



Luís Garcia lamentou ainda “a redução da medicina hiperbárica, que é aqui desenvolvida com assinalável sucesso”, reforçando que “o PSD/Açores está contra esta proposta, e foi com satisfação que nos inteiramos de uma posição semelhante por parte da administração do Hospital da Horta. Apelamos mesmo a que as populações e instituições das ilhas que representamos se manifestem da mesma forma”.

Cancelamento de escalas de cruzeiros prejudica economia do Faial



O PSD/Faial alerta para os “prejuízos” causados à economia da ilha pelo cancelamento de várias escalas previstas de navios de cruzeiro no porto da Horta, alegando que tal resulta da “limitada operacionalidade” do novo cais.

“Esta situação tem criado na vertente turística e na economia local prejuízos evidentes, prejudicando seriamente os interesses e expectativas criadas com a escala de navios de cruzeiro no porto da Horta”, afirmou, em comunicado, a Comissão Política de Ilha do Faial do partido, presidida por Andy Rodrigues.

Os social-democratas faialenses salientaram que, em menos de um mês, em quatro escalas previstas, “foram três os cancelamentos ocorridos”, tendo sido invocadas pela administração portuária para este facto todo o género de motivos, desde “as condições meteorológicas, avaria nas máquinas dos navios e decisões de última hora do comandante”.

“Mas, curiosamente, os motivos dos cancelamentos na Horta não foram impeditivos para, em idênticas condições, os mesmos navios operarem noutra porto dos Açores. Não pode o PSD/Faial deixar de registar que qualquer coisa de errado parece passar-se porque, pelo tempo fora, sempre foram conhecidas e elogiadas as excelentes condições de abrigo e de operacionalidade

do Porto da Horta”, lembrou a comissão política de ilha do PSD/Faial.

Segundo o PSD/Faial, “é igualmente preocupante que, em menos de um ano após o início de funcionamento daquela infra-estrutura, se avolumem as provas da razão daqueles que sempre colocaram sérias dúvidas à opção de última hora do anterior governo regional, feita ao arrepio das promessas que havia feito aos faialenses, em encurtar significativamente o molhe de protecção”.

“Resulta, pois, indiscutível e comprovadamente limitada a operacionalidade do cais de cruzeiros que, só o é, verdadeiramente, para os Cruzeiros do Canal e das Ilhas. Para os outros cruzeiros, aqueles que nos prometeram, é o que se vê”, aponta a Comissão Política de Ilha do Faial.



Silva Domingos fala sobre o "caso Leixões"

PROPOSTA DOS AGENTES DE NAVEGAÇÃO INVIABILIZA AINDA MAIS A COMPETITIVIDADE DO PORTO

Ao pagar aos estivadores, a Associação dos Agentes de Navegação do Norte alimenta e incentiva, afinal, o não cumprimento da lei — afirma em entrevista concedida ao "Povo Livre" o secretário de Estado dos Transportes exteriores, a propósito do conflito que há mais de um mês mantém paralisado o porto de Leixões.

Criticando fortemente a Associação Nortenha dos Agentes de Navegação, Silva Domingos defende o caminho

da "determinação e muita prudência", salientando, contudo, que "é preciso provocar uma ruptura profunda e imediata com o actual sistema (em que o patronato e os sindicatos surgem aliados), o qual penaliza gravemente a actividade económica nacional".

Continua na pág. 4

C.P.N. DENUNCIA A FARSA

DA GREVE COMANDADA PELO PC

A Comissão Permanente Nacional do PSD, certa de que exprime a vontade dos militantes do Partido, nomeadamente dos milhares de sociais democratas que são trabalhadores por conta de outrém, denunciam com indignação e reprova com veemência a farsa de mais uma auto-intitulada greve geral, comandada pelo Partido Comunista Português e executada obedientemente pelo secretariado da intersindical.

Esta pseudo greve geral insere-se no quadro de múltiplas acções de ataque à revisão constitucional

que, de há longos meses para cá, o partido comunista português e seus aliados vêm promovendo. Por isso, ela tem lugar exactamente numa fase terminal dos trabalhos da revisão constitucional e no momento em que as forças democráticas com assento na Assembleia da República promovem um esforço de alto sentido cívico para se chegar a consenso rápido na conclusão da revisão constitucional.

Por outro lado, a marcação desta pseudo greve geral para a véspera da chegada a Portugal de

Sua Santidade o Papa não pode interpretar-se senão como inqualificável acção que é ofensiva dos sentimentos da generalidade do nosso povo face à histórica visita de João Paulo II. A CGTP-IN revela, mais uma vez, o valor que atribui aos ideais de fraternidade e de solidariedade entre os homens e não sabe encontrar forma de exprimir o seu entendimento sobre a necessidade imperiosa de defesa da paz, da liberdade e da justiça do que procurar transformar o dia de amanhã em jornada de sectarismo, de divisão entre os trabalhadores e de luta sem nobreza humana e sem dignidade democrática.

Não é no afrontamento exacerbado e na manipulação da consciência dos trabalhadores que se promovem e garantem as condições para o respeito pelos direitos do homem. Não é com farsas de pseudo greves gerais que o verdadeiro sindicalismo e a libertação responsável dos trabalhadores terão o seu justo e indispensável lugar na sociedade portuguesa, por isso, a CGTP-IN ficará com a responsabilidade do seu papel de mero joguete sindical do Partido Comunista Português e de subversão dos valores do entendimento entre os homens no trabalho livre e responsável.

Lisboa, 10 de Maio de 1982

A Comissão Permanente Nacional do PSD



Pinto Balsemão falando na sessão de encerramento das Jornadas

Conclusões das Jornadas Parlamentares do PSD

1 — O Grupo Parlamentar do PSD ao longo de três dias das suas Jornadas Parlamentares examinou vários problemas sectoriais e fez um exame da situação política geral do País e da estratégia a ser seguida pelo Partido, pelo Grupo Parlamentar e pelo necessário relacionamento entre os dois e com o Governo.

2 — Relativamente à Revisão Constitucional o Grupo Parlamentar fez um longo exame sobre o processo de revisão em curso e o significado político das alterações a introduzir na Constituição de 1976, deu o seu apoio às soluções consensualmente encontradas pelos deputados que constituem a Comissão Eventual, concluindo que elas, embora não inteiramente satisfatórias, se consideram positivas para a clarificação e fortalecimento da democracia política.

Continua na pág. 5

Francamente positiva a visita de Balsemão a Bona

Foi "francamente positivo" o balanço da visita do Primeiro-Ministro, Francisco Pinto Balsemão, à Alemanha Federal, na qual foi obtida nomeadamente a confirmação do apoio de Bona à integração portuguesa na Comunidade Económica Europeia.

Ao regressar da capital alemã-occidental, o Primeiro-Ministro salientou que "aos trabalhadores portugueses na RFA será dado desde já um estatuto equivalente aos dos países da Comunidade Económica Europeia, tendo acrescentado que o Governo alemão federal apesar de estar preocupado, "nesta altura de recessão", com o elevado número de emigrantes, mostrou abertura em relação ao problema.

Deste modo, é também positiva a questão da igualdade de tratamento dos trabalhadores portugueses com os oriundos de outros países da CEE, mas Francisco Pinto Balsemão adiantou que o problema deverá ser tratado com maior profundidade em Julho, pela comissão mista criada pelo acordo bilateral de emigração em vigor desde 1964.

Revela-se ainda animadora a vontade dos empresários alemães em aumentarem os seus investimentos no nosso país, o que corresponde também à vontade do Governo português, tendo a propósito o chefe do Executivo frisado que "foi um problema que esteve bloqueado durante algum tempo", mas que o acordo proporcionou a ultrapassagem de uma situação que classificou de "estagnação".

Francisco Pinto Balsemão revelou ainda que nas conversações que manteve com as autoridades este-alemãs figuraram também questões de política internacional, tais como as relações Leste-Oeste, a questão da Polónia, as Malvinas, a situação em África e a próxima cimeira da NATO.

PROFESSOR DA ZONA NORTE
Dia 20 VOTA LISTA A

Por um sindicato FORTE RESPONSÁVEL INDEPENDENTE

(PÁG. 11)

REGIONALIZAÇÃO EM DEBATE

(PÁG. 13)



Toca a encorpar

João Pereira Coutinho (*)

Jorge Sampaio despediu Santana Lopes em 2004 por razões que Sampaio, e só ele, conhece. E que nunca partilhou com o povo ignaro. Verdade que o povo, depois de Santana, se atirou perdidamente aos pés de Sócrates, o que em teoria justificou Belém. Mas isso só foi possível, não porque Santana era mau – mas porque o gesto de Sampaio o condenou ao pior.

Hoje, compreendemos melhor a singular visão de Sampaio sobre as funções presidenciais. Segundo palavras do próprio, eleições antecipadas não devem ser um drama, mesmo que exista uma maioria no Parlamento. Mas, primeiro, é preciso ‘encorpar’ (sic) a oposição. O pensamento de Sampaio sobre estas matérias resume-se assim em poucas linhas: é legítimo abater governos de que não gostamos desde que já exista uma oposição ‘encorpada’ à espreita.

Esperemos que o prof. Cavaco anote estas democráticas lições. E que o dr. Seguro, entretanto, ganhe corpo.

(*) **Doutorado em Teoria e Ciência Política Contemporânea, cronista ©CM**



A minha mãe é uma “gaja do caraças”

Ferreira Fernandes (*)

Já se fala da “nova forma de terrorismo”, dos lobos solitários, jihadistas com armas da cozinha. Depois dos chechenos das panelas de pressão, em Boston, os dois terroristas de Londres que despedaçaram um soldado na rua, a golpes de cutelo. No terrorismo sempre houve os que dão o corpo ao manifesto e os terroristas armados de boca, gente geralmente resguardada - no caso de Londres, lá apareceu o pregador muito surpreendido com a acção dos seus filhos espirituais... Essa novidade dos lobos solitários é só formal, mas alimentou a costumeira reacção defensiva: como os métodos são domésticos, as pessoas comuns sentem-se mais em perigo. Medo, pois. Ora, precisamente, aconteceu em Londres uma novidade a sério: nem todas as potenciais vítimas foram comandadas pelo medo. Ingrid Loyau-Kennett, de 48 anos, ia de autocarro, viu o corpo do soldado e saiu. Pensava ser um acidente, ia dar ajuda, mas logo percebeu: pôs-se a falar com o terrorista das mãos ensanguentadas. Há foto: ela de pé e o terrorista de faca. “Quería afastá-lo das outras pessoas”, explicará ela depois. Mais duas mulheres agiram da mesma forma. Quando veio a polícia, Ingrid meteu-se no autocarro e foi-se embora. O filho reconheceu-a pelas fotos e escreveu no Twitter: “My Mum is a motherfucking badass” (traduzo com cautelas: “A minha mãe é uma gaja do caraças”). Ela e as outras duas, a novidade. Tresloucados sem medo já havia. A novidade é a coragem do lado certo.

(*) **Jornalista ©DN**



A Europa do desencanto?

Vasco Graça Moura (*)

Durante décadas, a Europa viveu mais ou menos confiadamente no quadro daquilo que hoje cada vez se parece mais com uma utopia, a de uma unidade europeia que corresponderia à recuperação de uma espécie de autenticidade matricial das suas coordenadas civilizacionais.

Sabia-se da Europa e da sua funesta história como “guerra civil permanente”, na caracterização célebre de Fustel de Coulanges, e era por demais evidente que as tentativas de hegemonia imperial sobre as nações do continente tinham falhado da maneira mais sangrenta.

Provavelmente as tentativas de construção de uma solução, fosse ela a do federalismo europeu, muito inspirada por Denis de Rougemont e pelo seu grupo intelectual, fosse ela de outra natureza, como veio a ser, tinham presente essa necessidade de se encontrar uma solução minimamente estável e duradoura a construir tendo presente um sistema de valores, princípios, representações culturais identitárias e tradições comuns, ainda por cima quando já se desenhava o cenário perturbador de uma guerra fria que tudo levava a crer viesse a ocorrer à escala planetária.

Com o Tratado de Roma, a saída acabou por ser mais prática do que teórica, construindo-se aos poucos uma situação cujas características de abrangência alcançada a pequenos passos, consciente da inevitabilidade de avanços e recuos, pareciam confirmar o achado de uma fórmula eficaz. E a verdade é que a mesma Europa que se tinha dilacerado em conflitos terríveis viveu entretanto em paz por mais de meio século.

Esta situação de paz e prosperidade europeias, que todos julgávamos ter começado a conhecer nas últimas décadas, não parecia condenada a degenerar. Afigurava-se antes que havia modalidades de aperfeiçoamento do sistema com que todos os povos europeus ficariam a ganhar, proclamavam-se as excelências ético-políticas da solidariedade, afirmavam-se as vantagens incontestáveis da convergência, numa palavra, construía-se um horizonte de expectativas para a Europa que acabava por ser desmesuradamente maior do que a própria Europa.

Houve assim uma época, de resto nem sequer muito distante, em que se acreditou verdadeiramente numa construção europeia bem sucedida. É verdade que nunca se conseguiu interiorizar nos cidadãos dos Estados membros uma consciência profunda de “pertença à Europa” como uma espécie de segunda natureza patriótica, mas ia-se vivendo na convicção de que lá se chegaria mais tarde ou mais cedo e sobretudo tinha-se a sensação nítida de que, mesmo nos casos de mais graves divergências, acabava sempre por se chegar a um entendimento regulador entre as instâncias comunitárias.

Entretanto, o chamado método comunitário, por via do qual essas instâncias exerciam as suas competências e iam encontrando soluções para os sucessivos problemas do sistema, foi sendo substituído por exercícios intergovernamentais cada vez mais frequentes e intensivos, com a consequência desagradável de cada Estado membro se concentrar fundamentalmente na defesa dos seus próprios interesses, perdendo de vista a noção da construção europeia como um todo e a riquíssima, conquanto recente, experiência acumulada na segunda metade do século XX.

É muito provável que a crise mundial tenha contribuído para esta dinâmica perversa em que as desigualdades entre os Estados europeus levam a pontos de desequilíbrio e riscos de ruptura numa espiral que acaba por apanhá-los a todos e que, a ser assim, será perfeitamente imparável. Ainda por cima, o mundo não tinha nunca conhecido uma situação semelhante e os próprios instrumentos de análise das instituições mais credíveis e dos melhores especialistas não parecem muito fiáveis. Cada dia se descobre uma nova crise a agravar a anterior e não parece que se consiga descortinar um princípio de solução satisfatória.

No plano da União Europeia, esta situação gera uma descrença que mina os princípios da sua própria construção e bloqueia o encontro de soluções que permitam ultrapassar os aspectos críticos. Esse é o grande risco que a Europa corre neste momento e que pode levá-la a uma implosão de consequências imprevisíveis. Mas poder-se-á hoje aceitar uma Europa como desencanto, desencanto e desistência?

(*) **Escritor ©DN**



O pós-troika

Jaime Quesado (*)

Temos que acreditar no futuro de Portugal. A Sociedade pós-troika deverá assentar na Inovação e Criatividade como factores centrais de uma nova confiança, de uma ambição global, de uma capacidade de construir soluções para novos problemas. Uma Sociedade da Inteligência. Precisamos dessa atitude em Portugal e por isso impõe-se uma cultura de mudança. Portugal tem que acreditar que há um momento depois da troika e que a sociedade está preparada para os seus desafios. Em tempo de novas apostas, muito centradas no discurso nos Factores Dinâmicos de Competitividade, a Sociedade pós-troika é a resposta clara para o novo ciclo que aí vem.

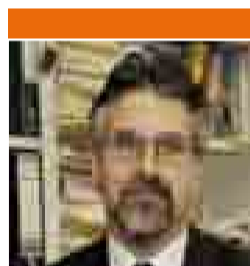
Os conhecidos baixos índices de “capital estratégico” no nosso país e a ausência de mecanismos centrais de “regulação positiva” têm dificultado o processo de afirmação dos diferentes protagonistas desta Sociedade pós-troika. Independentemente da riqueza do acto de afirmação individual da criatividade, numa sociedade do conhecimento, importa de forma clara “pôr em rede” os diferentes actores e dimensioná-los à escala duma participação global imperativa nos nossos tempos. Apesar dos resultados de iniciativas diversas na área da política pública, vocacionadas para posicionar o território no competitivo campeonato da inovação e conhecimento, falta uma estratégia transversal.

A consolidação do novo papel da Sociedade pós-troika entre nós passa em grande medida pela efectiva responsabilidade nesse processo dos diferentes actores envolvidos – Estado, Universidade e Empresas. No caso do Estado, no quadro do processo de reorganização em curso e de construção dum novo paradigma tendo como centro o cidadão-cliente, urge a operacionalização de uma atitude de mobilização activa e empreendedora da revolução do tecido social. A Reinvenção Estratégica do Estado terá que assentar numa base de confiança e cumplicidade estratégica entre os “actores empreendedores” que actuam do lado da oferta e os cidadãos que respondem pela procura.

Cabe naturalmente às empresas um papel claramente mobilizador na afirmação da Sociedade pós-troika em Portugal. Pelo seu papel central na criação de riqueza e na promoção de um processo permanente de reengenharia de inovação nos sistemas, processos e produtos, será sempre das empresas que deverá emergir o “capital expectável” da distinção operativa e estratégica dos que conseguirão ter resultados com valor alavancado na competitiva cadeia do mercado. Aqui a tónica tem mais do que nunca que ser pragmática, como demonstram as sucessivas acções externas realizadas recentemente. Convergência Operativa sinalizada em apostas concretas onde realmente vale a pena actuar, selecção objectiva de sectores onde há resultados concretos a trabalhar.

A mensagem de mudança é mais do que nunca actual entre nós. A Sociedade pós-troika que se quer legitimar em Portugal terá que ser capaz de ganhar estatuto de verdadeiro “operador estratégico” do desenvolvimento do país. Isso faz-se com “convergência positiva” e não por decreto. Importa por isso, mais do que nunca, estar atento e participar com o sentido da diferença. O “laboratório” que Portugal deve constituir nesta Nova Agenda Europeia deve centrar-se num Novo Plano de Inovação e Competitividade aberto à participação aberta da Sociedade Civil.

(*) Administrador do Instituto Francisco Sá Carneiro



Verdades incómodas

João César das Neves (*)

Existem algumas verdades sobre a crise que muitos tentam esconder. Elas perturbam o mito confortável de que as culpas pertencem a um grupo de malfeitores, quase todos políticos. O melhor é deixar as coisas como estão, pois assim todos podemos considerar-nos vítimas, sem arrependimento ou remorso. Recomenda-se então que não leia o resto deste texto, revelador de factos subversivos.

Os reformados estão hoje entre os críticos mais vociferantes. Mas seria bom que notassem que não descontaram o suficiente para as reformas que agora gozam. Basta uma conta simples para perceber que a contribuição de uma pequena parcela do ordenado nunca permitiria vir a receber um montante quase igual a essa remuneração durante um período quase igual ao do desconto. Isto chama-se “crise da segurança social” e é tema de estudos e debates há décadas.

Pode dizer-se que têm direito a receber o que diz a lei, aliás escrita pela geração agora reformada. Mas o que não faz sentido é protestar abespinhado contra o corte como se fosse um roubo dos montantes acumulados. Desde 1974 que o nosso sistema de pensões não é de capitalização, sendo pagas as reformas pelos descontos dos trabalhadores do momento. Quando uma geração concede a si própria benesses superiores ao que pôs de parte, não se deve admirar que mais tarde isso seja cortado, por falta de dinheiro. Se alguém pode dizer-se roubado, não são os actuais pensionistas, mas os nossos filhos e netos, que suportarão as enormes dívidas dos últimos 20 anos, e não apenas na segurança social.

Outro mito cómodo é o que diz que os direitos dos trabalhadores e o Estado social estão a ser desmantelados. De facto, os direitos que a lei pretendeu conceder nunca foram dos trabalhadores, mas de alguns trabalhadores. Muitos empregados no privado nunca tiveram aquilo que agora cortam aos funcionários públicos. Além disso, a percentagem média de contratados a prazo é, desde 1983, quase 18%, ultimamente sempre acima dos 20%. Somando isto aos desempregados, inactivos, clandestinos, etc, vemos a larga privação dos supostos direitos. Os exageros das regulamentações neste campo são só benefícios que um grupo atribuiu a si mesmo. Como isso aumenta os custos do trabalho, prejudica fortemente o crescimento e o emprego, agravando as condições dos mais necessitados. Quanto ao Estado social, ele teve como principais inimigos aqueles que durante décadas acumularam supostos direitos sem nunca se preocuparem com o respectivo financiamento. Aproveitaram os aplausos como defensores do povo, receberam benefícios durante uns tempos e, ao rebenatar a conta, zurzem agora aqueles que limpam a sujidade que eles criaram. Em todos os temas políticos, como no campo ambiental, esquecer a sustentabilidade é atentar contra aquilo mesmo que se diz defender.

Finalmente, no que toca à dívida, é importante considerar que a maior parte não é do Estado. As empresas estão descapitalizadas, as famílias endividadas, os bancos desequilibrados. Todos participámos da loucura dos últimos 20 anos; não apenas os políticos. As maiores responsabilidades são dos dirigentes, mas o povo não foi só vítima inocente de uma festa de que gozou durante décadas.

A culpa até é dos credores, que alimentaram a mesma loucura. Esta é a última verdade incómoda. A nossa dívida, das maiores do mundo, nunca poderá ser paga. Assim, todos os envolvidos terão de suportar algum custo, devendo encontrar-se uma partilha razoável. Mas para isso Portugal não deve fazer de galaró arrogante, repudiando o débito ou exigindo renegociações. Prudente é uma atitude serena e negociada, mostrando que estamos dispostos a assumir culpas e suportar sacrifícios, mas pedindo que se encontre um equilíbrio que, aliviando parte da carga, nos permita limpar o longo disparate e abrir um novo ciclo de progresso e prosperidade que beneficiará tanto credores como devedores.

Estas são algumas verdades do momento. Indiscutíveis, mas incómodas, que muitos preferem ignorar. Por isso foi avisado que não devia ler este texto.

(*) Professor universitário, naohalmocosgratis@ucp.pt ©DN

CONVOCATÓRIAS DO PSD

Recepção

Terça-feira até 12h00

Para: Fax: 21 3973168

email: convocatorias@psd.pt

**CHAVES**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia de Secção de Chaves, para reunir no próximo dia 07 de Junho de 2013, (sexta-feira) pelas 21h00 na sede sita na Avenida Tenente Valadim, nº 47, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

- 1 - Eleições Autárquicas 2013:- apreciação das candidaturas e aprovação do Programa Eleitoral
- 2 - Análise da situação política
- 3 - Outros assuntos

CORUCHE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia de Secção de Coruche, para reunir no próximo dia 15 de Junho de 2013, (sábado) pelas 15h30 na sede sita na Rua Direita, nº 20, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

- 1 - Apresentação de acções - Autárquicas 2013:-
- 2 - Emissão de parecer sobre o processo e candidaturas autárquicas de acordo com os Estatutos do PSD
- 3 - Análise e discussão da situação política actual nacional e local

ODIVELAS

Ao abrigo da alínea e) do artigo 69.º, dos artigos 70.º, do n.º 2 do artigo 71.º, dos n.ºs 1 e 3 do artigo 118.º e no respeito do princípio consagrado no artigo 141.º, todos dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco o Plenário Concelhio Ordinário de Odivelas da JSD a reunir no dia 6 de Junho de 2013, pelas 21h15m, na Sede Concelhia de Odivelas do PSD e da JSD, sita na Rua Alfredo Roque Gameiro, n.º 11, cave direita, 2675-279 Odivelas, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 - Informações;
- 2 - Balanço do 1.º ano de mandato;
- 3 - Eleições Autárquicas 2013;
- 4 - Análise da situação política nacional.

CONSELHO REGIONAL DE VISEU

Ao abrigo dos estatutos Nacionais da JSD convoca-se Conselho Regional da Regional de Viseu Da JSD, para reunir no dia 29 Junho pelas 10:00H, na Quinta da Barroca, Queimada 5110-001 Armamar, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 - Informações;
- 2 - Análise da situação política;
- 3 - Agricultura uma aposta estratégica;
- 4 - Outros Assuntos.

NESD – UNIVERSIDADE DO ALGARVE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário dos Estudantes Sociais Democratas da Universidade do Algarve, para reunir no dia 29 de Junho de 2013 (Sábado) pelas 10h00 na Sede Distrital do PSD Algarve, Faro com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 - Eleição da Mesa do Plenário do NESD.
- 2 - Eleição da Direcção do NESD.

Notas:

- As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente de Mesa ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral na Sede Distrital do PSD Algarve, em Faro.
- As urnas estão abertas das 10 horas às 12 horas.



Conheça a nova plataforma do PSD para as Autárquicas 2013

www.autarquicaspsd.pt